

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

FLÁVIA GONÇALVES CALAÇA DE SOUZA

**A LOGOFORICIDADE EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO
EXPERIMENTAL**

**JOÃO PESSOA
2016**

FLÁVIA GONÇALVES CALAÇA DE SOUZA

**A LOGOFORICIDADE EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO
EXPERIMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração Teoria e Análise Linguística e na linha de pesquisa Processamento Linguístico, como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana Costa de Oliveira
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Dorothy Bezerra Silva de Brito

**JOÃO PESSOA
2016**

S729I Souza, Flávia Gonçalves Calça de.
A logoforicidade em português brasileiro: um estudo experimental / Flávia Gonçalves Calça de Souza.- João Pessoa, 2016.
90f. : il.
Orientadora: Rosana Costa de Oliveira
Coorientadora: Dorothy Bezerra Silva de Brito
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
1. Linguística. 2. Teoria e análise linguística.
3. Logoforicidade. 4. Anáfora. 5. Pronome. 6. Julgamento de aceitabilidade.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

FLÁVIA GONÇALVES CALAÇA DE SOUZA


**A LOGOFORICIDADE EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO
EXPERIMENTAL**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração Teoria e Análise Linguística e na linha de pesquisa Processamento Linguístico, como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguística.


Data de aprovação: 19/02/2016

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Rosana Costa de Oliveira (UFPB) Orientadora


Prof.ª Dr.ª Dorothy Bezerra Silva de Brito (UFRPE) Coorientadora


Prof. Dr. José Ferrari Neto (UFPB) Examinador


Prof. Dr. Eduardo Kenedy Nunes Areas (UFF) Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a Deus, aquele que criou todas as coisas e me deu a vida.

Também dedico ao meu pai, Flávio, que, se estivesse entre nós, estaria muitíssimo feliz por eu ter chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por Ele ter me permitido fazer esse mestrado. Minha eterna gratidão a Ele!

Aos meus pais, Flávio (*in memoriam*) e Lourdes, exemplos de superação e coragem, meu agradecimento por tudo que me ensinaram e por sempre acreditarem em minha capacidade e me incentivarem nos estudos. Não há palavras que agradeçam toda dedicação. Obrigada por tudo!

Ao meu querido esposo, Guilherme, por ser tão companheiro. Sempre tão paciente, amigo, compreensivo e amoroso. Obrigada por ter sonhado junto comigo e por ter me ajudado ao longo deste mestrado e de muitos outros momentos!

Ao meu irmão Bruno, por ser meu amigo de sempre e para sempre. Obrigada pelo amor e pela cumplicidade. Você enche meus dias de alegria!

À minha tia Lúcia, que também sempre me apoiou e me ensinou as inúmeras tarefas da escola quando criança, impulsionando-me nessa jornada acadêmica.

À minha avó Maria José por ser tão especial e ter me dado tanto amor.

Aos meus tios e tias, pelo carinho que me impulsiona a sempre continuar.

Aos meus primos e primas, especialmente minha prima Amanda, por vibrar sempre com minhas conquistas.

Aos meus sogros, Wellington e Penha, meu cunhado Willian e sua esposa Thalita pelas palavras de encorajamento.

Aos meus amigos, Elayne, Bruno, Marília, Vanlindel, Débora, Delayne e Ilbaniza, por serem amigos de verdade e compreenderem meus momentos de ausência.

À Prof.^a Rosana, por me ajudar nessa jornada com a logoforicidade. Sempre disponível e disposta a ajudar, querendo que eu fizesse um excelente trabalho. Não teria conseguido sem sua colaboração. Ela foi mais do que uma professora, em muitos momentos, foi conselheira e amiga. Meu muito obrigada!

À Prof.^a Dorothy, que me coorientou neste trabalho sempre com muita excelência. Obrigada pelas sugestões e direcionamentos que muito acrescentaram nesta pesquisa.

Ao Prof Márcio, por todos os ensinamentos em Psicolinguística Experimental desde a iniciação científica em 2009. Obrigada também pelos apontamentos relevantes feitos em minha pesquisa.

Ao Prof Ferrari, pelas inúmeras instruções na estatística.

Aos meus amigos do mestrado, Lorena, Nathálya, Judithe, Matheus, Jefferson e Eli, pelos momentos divididos juntos.

Aos amigos do LAPROL, pelas discussões e reuniões vividas nesses anos.

A todos os sujeitos que participaram da pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

“A ciência nunca resolve um problema sem criar pelo menos outros dez”.
George Bernard Shaw

RESUMO

Este trabalho busca investigar se as estruturas logofóricas são aceitáveis ou não para os falantes do português brasileiro (PB). Grande parte da literatura sobre o assunto (Reinhart e Reuland (1993), Menuzzi (1997), dentre outros) aponta que a anáfora logofórica existe separadamente da anáfora sintática na Gramática Universal. As anáforas sintáticas são guiadas por fatores sintáticos como localidade e c-comando. Já a logofórica pode ou não observar essas condições sintáticas. Esses estudos também demonstram que nos casos em que há logoforicidade, a anáfora e o pronome são intercambiáveis, ou seja, tanto um quanto o outro podem ser usados na mesma posição na frase. A conclusão a que chegamos após a revisão de literatura é que a resolução de anáforas em contextos logofóricos parece envolver não apenas a influência de informações estruturais, mas também, e sobretudo, a influência de informações pragmáticas e discursivas, tal como se observa nos pronomes. Apontamos que a Teoria da Reflexividade parece ser mais coerente para a explicação desse fenômeno. Com base nesses pressupostos teóricos, examinamos a aceitabilidade de construções logofóricas em PB com a finalidade de saber se elas estão presentes na gramática dos falantes dessa língua. Foram realizados dois experimentos de julgamento de aceitabilidade no intuito de saber se as estruturas com a anáfora logofórica ‘ele mesmo’ e com o pronome logofórico ‘ele’ são aceitáveis em PB, tomando como base as estruturas em inglês apresentadas por Reinhart e Reuland (1993). A nossa hipótese foi de que ambas as estruturas são aceitáveis para os falantes do PB e que nos contextos em que há uma anáfora logofórica também pode haver um pronome logofórico, conforme aponta Reinhart e Reuland (1993). Os resultados encontrados evidenciaram uma aceitação de ambas as estruturas em PB, corroborando a hipótese formulada. Com estes resultados, obtivemos evidências de que as estruturas com a anáfora logofórica ‘ele mesmo’ e com o pronome logofórico ‘ele’ observadas nesse estudo são aceitas em PB, como em inglês.

Palavras-chave: Logoforicidade. Anáfora. Pronome. Julgamento de Aceitabilidade.

ABSTRACT

This study aims to investigate whether logophoric structures are acceptable or not for the speakers of Brazilian Portuguese. Much of the issue literature on the subject (Reinhart and Reuland (1993), Menuzzi (1997)) points out that logophoric anaphora exists separately from syntactic anaphora in Universal Grammar. The syntactic anaphoras are guided by syntactic factors such as location and c-command. But logophor may or may not notice these syntactic conditions. These studies also demonstrate that where there is logophoricity, the pronoun and anaphora are interchangeable, so, either one or the other can be used in the same position in the sentence. The conclusion we reached after the literature review is that anaphora resolution in logophoric contexts seems to involve not only the influence of structural information but also and above all, the influence of pragmatic and discursive information, as seen in pronouns. Based on these theoretical assumptions, we examine the acceptability of logophoric sentences in PB in order to know if they are present in the grammar of the speakers of that language. Two acceptability judgment experiments were conducted in order to know if the structures with the logophoric anaphor “ele mesmo” and the logophoric pronoun “ele” are acceptable in BP, based on the English structures presented by Reinhart e Reulnad (1993). Our hypothesis was that both structures are acceptable to speakers of BP and that in contexts where there is a logophoric anaphor, there can also be a logophoric pronoun, as shown by Reinhart e Reuland (1993). The results showed an acceptance of both structures in BP, supporting the formulated hypothesis. With these results, we obtained evidence that the structures with the logophoric anaphora “ele mesmo” and the logophoric pronoun “ele” observed in this study are acceptable in Brazilian Portuguese, as in English.

Keywords: Logophoricity. Anaphora. Ponoun. Judgment of Acceptability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proposta apresentada por Reinhart e Reuland (1993) para a distribuição das anáforas e pronomes	27
Tabela 2 – RT por condição do experimento de Petra Burkhardt (2002).....	59
Tabela 3 – Exemplos de estímulos e previsões do experimento de Keller & Asudeh (2001)..	61
Tabela 4 – Exemplo das sentenças experimentais do julgamento de Aceitabilidade.....	71
Tabela 5 – Resultados dos julgamentos de aceitabilidade em cada condição experimental	72
Tabela 6 – Exemplo das sentenças experimentais do julgamento de aceitabilidade.....	75
Tabela 7 – Número de julgamentos dados às condições experimentais.....	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação de c-comando (a) e não c-comando (b) na árvore	20
Figura 2 – Aposição (a) e associação (b) de um sintagma (SP)	49
Figura 3 – Associação de um sintagma (XP)	49
Figura 4 – Gráfico com os resultados do julgamento de aceitabilidade	73
Figura 5 – Gráfico comparativo das condições	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DELIMITAÇÃO DO OBJETO	18
3	REVISÃO LINGUÍSTICA	23
3.1	Chomsky (1981)	24
3.2	Reinhart e Reuland (1993)	25
3.3	Minkoff (2004)	33
3.4	Clements (1975)	36
3.5	Zribi-Hertz (1989)	38
4	REVISÃO PSICOLINGUÍSTICA	43
4.1	Processamento correferencial intrassentencial	43
4.2	Alguns experimentos	51
5	O EXPERIMENTO	69
5.1	Experimento 1	70
5.1.1	Método	70
5.1.1.1	<i>Participantes</i>	70
5.1.1.2	<i>Material</i>	70
5.1.1.3	<i>Procedimento</i>	71
5.1.2	Resultados e discussão	72
5.2	Experimento 2	74
5.2.1	Método	74
5.2.1.1	<i>Participantes</i>	74
5.2.1.2	<i>Material</i>	74
5.2.1.3	<i>Procedimento</i>	76
5.2.2	Resultados e discussão	76
6	DISCUSSÃO GERAL	79
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE	85
	ANEXO	88

1 INTRODUÇÃO

O uso de anáforas é corriqueiro nas línguas em geral. Esta é uma questão que tem motivado muitas pesquisas na área da Linguística, sendo comum encontrar diversos estudos que buscam compreender as questões estruturais envolvidas no processo de retomada de um termo antecedente.

A Teoria da Ligação de Chomsky (1981) descreve as restrições sintáticas que regem o licenciamento de antecedentes gramaticais das anáforas, pronomes e expressões referenciais na geração de sentenças. No entanto, existem abordagens conflitantes para os casos em que a anáfora parece não ser guiada por fatores sintáticos. Um desses casos é o da anáfora logofórica que utiliza informações extrassintáticas (Reinhart e Reuland, 1993).

Entende-se como anáfora um constituinte que remete a outro citado anteriormente, como afirma Kennedy (2013):

Quando um novo constituinte de uma frase refere-se a (ou tem a mesma referência de) outro constituinte já citado na sentença ou no discurso, denominamos esse novo constituinte de anáfora. (KENEDY, 2013, p. 267).

As anáforas sintáticas são aquelas que obedecem às restrições da Teoria da Ligação e as anáforas logofóricas são aquelas dependentes do discurso (FORAKER, 2003). Baseando-se em Reinhart & Reuland (1993), anáforas que obedecem a restrições sintáticas, como localidade e c-comando, são guiadas pelas condições de ligação. Já as anáforas logofóricas parecem não ser guiadas por restrições sintáticas, ao utilizar-se de informações extrassintáticas (REINHART & REULAND, 1993).

Nos exemplos abaixo, desenvolvidos por Foraker (2003), são mostradas uma anáfora sintática e uma anáfora logofórica em (1) e (2), respectivamente:

(1) *Judy said that Bill_i expressed himself_i clearly.*

(2) *Bill_i explained to Judy that writers like himself_i were in short supply.¹*

As sentenças exemplificadas acima contêm uma anáfora guiada pelas condições de ligação, a anáfora sintática, e uma anáfora que, provavelmente, não está restrita por essas condições, a anáfora logofórica.

¹Judy disse que Bill se expressou claramente.

Bill explicou a Judy que escritores como ele mesmo estavam em falta.

Em português brasileiro também é possível verificar esse tipo de estrutura em frases como (3) e (4). Em (3) a anáfora é sintática porque a expressão *ele mesmo* é coargumento do mesmo predicado que o antecedente *Flávio*. Já em (4) a anáfora é logofórica por não ser coargumento do seu antecedente. Vejamos:

(3) Flávio_i elogiou ele mesmo_i na festa ontem.

(4) Flávio_i queria convidar Carla e ele mesmo_i para a festa ontem.

Ainda de acordo com Reinhart e Reuland (1993), a anáfora logofórica pode ser substituída por um pronome logofórico, como em (5):

(5) Flávio_i queria convidar Carla e ele_i para a festa ontem.

Em (4) e (5), apesar de *ele mesmo* e *ele* serem intercambiáveis nessa posição, apenas o *ele* permite uma leitura ambígua (pode ser *Flávio* ou outro homem que faz parte do universo discursivo dos interlocutores). Com *ele mesmo*, a única leitura possível é *Flávio*, ainda que *Flávio* seja um antecedente que está posicionado fora do domínio de ligação.

Como podemos observar nos exemplos acima, a distinção de representação da anáfora sintática para a logofórica tem relação com o reflexivo ser co-argumento do seu antecedente e poder ser interpretado sintaticamente sozinho. Quando o reflexivo não compartilha o mesmo predicado com seu antecedente, a sintaxe não é suficiente para a interpretação. Este último exige informação além da sintaxe para a criação do referente correto. Reinhart & Reuland (1993) sugerem que esta informação extra-sintática deve ser entendida como um nível de representação.

Galves (2001a *apud* BRITO, 2009) observa que no dialeto falado em Minas Gerais o *ele* pode ter tanto uma leitura livre quanto uma leitura ligada, isto é, o *ele* pode se comportar como anáfora e como pronome. Assim, o *ele* pode ter uma leitura anafórica, mesmo desacompanhado de *mesmo*. Em (6) temos um exemplo do *ele* como elemento anafórico e em (7) e (8) temos o *ele* se comportando como pronome:

(6) José_i observou ele_i no reflexo da água.

(7) José_i observou ele_k no reflexo da água.

(8) José_i observou Camila e ele_i no reflexo da água.

Galves (2001a *apud* BRITO, 2009) ainda ressalta que essa interpretação também é aceita em outras regiões do Brasil. Consideraremos que uma leitura logofórica caracteriza-se por não ter um antecedente no domínio de ligação, o que a opõe a leitura anafórica, baseando-se em Reinhart e Reuland (1993). Apesar da logoforicidade ser uma propriedade esperada em pronomes, a interpretação anafórica do *ele* também é aceitável em diversas regiões, conforme aponta a autora. Dessa forma, utilizaremos o termo ‘pronome logofórico’ nos experimentos feitos nesta dissertação para caracterizar os pronomes que não possuem um antecedente no domínio de ligação a fim de excluir a possibilidade de leitura anafórica.

O presente trabalho tem como foco compreender a anáfora logofórica e o pronome logofórico em que o estabelecimento da correferência é mais dependente de informações semântico-discursivas. É importante destacar que existe uma escassez de estudos em português brasileiro sobre a resolução de logofóricos e os processos que ela exige. Dessa forma, nosso trabalho partiu de fazer um levantamento bibliográfico de estudos realizados em outras línguas sobre esse tema que apontam que a anáfora logofórica existe separadamente da anáfora sintática na GU. A anáfora sintática, como o próprio nome aponta, é guiada por fatores sintáticos como localidade e c-comando e a anáfora logofórica relaciona-se com os fatores discursivos.

Essa noção de logoforicidade foi primeiramente introduzida nos estudos sobre línguas africanas em que uma partícula com uma morfologia diferenciada e uma distribuição distinta dos outros pronomes fazia correferência com o antecedente da sentença. Assim, denominou-se essa partícula de pronome logofórico. Por exemplo, de acordo com Clements (1975), em Ewe, o pronome logofórico *yè* é usado de forma distinta do pronome pessoal e do pronome reflexivo. O pronome logofórico é usado quando é correferencial com aquele que fala. Em caso contrário, é utilizado o pronome pessoal ou reflexivo. Observe em (8) um pronome logofórico e em (9) um pronome comum:

(8) *Kofi be yè-dzo*
Kofi disse que ele (Kofi) saiu.

(9) *Kofi be e-dzo*
Kofi disse que ele (alguém que não é Kofi) saiu.

Em inglês, Zribi-Hertz (1989) argumenta que os reflexivos são usados como logóforos quando violam a localidade e são licenciados por fatores discursivos.

Sendo assim, algumas das línguas que não possuem uma marca na morfologia para distinguir os pronomes logofóricos se utilizam de fatores gramaticais ou discursivos para constituir a logoforicidade. Descreveremos alguns desses fatores ao longo dessa dissertação. Na Linguística, então, a logoforicidade pode ser expressa por um ou mais desses mecanismos.

A partir desse levantamento bibliográfico, realizamos um teste piloto e um experimento *offline* de julgamento de aceitabilidade que teve como objetivo central observar a aceitabilidade de anáforas consideradas logofóricas, especificadamente da anáfora ‘ele mesmo’ em português brasileiro, com a finalidade de compará-la ao pronome ‘ele’ para compreender se, assim como no inglês, esse fenômeno está presente na gramática dos falantes do português brasileiro (PB). Por hipótese, com base na Teoria da Reflexividade de Reinhart e Reuland (1993), essas estruturas seriam aceitáveis e não violariam as condições de ligação por não estarem restritas a elas.

O intuito, então, neste estudo, foi observar se essas estruturas com anáfora logofórica são aceitáveis em PB e se o pronome logofórico é uma alternativa aceitável para substituir a anáfora logofórica, respaldados em estudos feitos em outras línguas sobre logoforicidade, visto que na literatura, em estudos com a língua inglesa, essa estrutura é assumida como gramatical (REINHART e REULAND, 1993; HARRIS, 2000, ZRIBI-HERTZ, 1989).

Portanto, esta pesquisa buscou apontar se estruturas com anáfora logofórica e pronome logofórico são aceitáveis em PB, corroborando a afirmação de Reinhart e Reuland (1993) de que esta é uma estrutura que deve ser considerada gramatical.

Tendo essas questões em vista, organizamos a presente dissertação do seguinte modo:

No capítulo 1 delimitaremos o objeto de estudo deste trabalho, mostrando a diferença entre a ligação e a correferência de NPs bem como isto se aplica aos logóforos.

No capítulo 2 abordamos os Princípios de Ligação da Teoria da Ligação proposto por Chomsky (1981), a Teoria da Reflexividade de Reinhart e Reuland (1993) e as abordagens linguísticas feitas por Minkoff (2004), Clements (1975) e Zribi-Hertz (1989) para o fenômeno da Logoforicidade.

No capítulo 3 apresentamos a perspectiva da psicolinguística para os fenômenos de ligação e correferência, como também mostramos alguns experimentos em Psicolinguística que investigaram tais fenômenos.

No capítulo 4 descrevemos os experimentos realizados e os resultados obtidos com os falantes do português para a anáfora logofórica e para o pronome logofórico.

No capítulo 5 faremos uma discussão geral dos resultados obtidos nos experimentos. Por fim, tecemos as principais conclusões a que chegamos neste trabalho.

2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Faz-se necessário, devido à natureza do fenômeno estudado, diferenciar ligação e correferência, visto que as teorias que objetivam explicar a distribuição das formas anafóricas seguem caminhos variados que por vezes têm relação com o domínio de vinculação (CHOMSKY, 1981) e outras com a correferência entre os coargumentos de um predicado (REINHART e REULAND, 1993).

No âmbito teórico da sintaxe, uma teoria que trata do domínio de vinculação é a Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981). Ela tem sido relevante devido ao fato de seus princípios abordarem as propriedades estruturais de expressões linguísticas que possuem o potencial de referência, ou seja, essa teoria dedica-se ao fenômeno da ligação e abarca questões referentes às dependências referenciais.

Segundo Raposo (1992), pode-se dizer que uma expressão linguística tem potencial de referência quando pode designar entidades (pessoas, coisas, ideias e etc.) ou situações do universo discursivo. São chamadas de DPs² as entidades que possuem o potencial de referência. Desse modo, faz-se necessário estudar as relações entre DPs para compreender as relações de dependência referencial.

Por dependência referencial entende-se a situação linguística em que o valor referencial de um DP é adquirido indiretamente, através do valor referencial de outro DP presente no discurso (RAPOSO, 1992). Essa dependência torna uma expressão indexada na outra, ou seja, ambas as expressões referem-se à mesma entidade do discurso. Vejamos abaixo exemplos de frases com coindexação:

(10) Maria_i disse que ela_i e Daniel comeram o sanduíche.

(11) Os irmãos_i brigavam [uns com os outros]_i ontem.

Em (10) o pronome ‘ela’ tem como antecedente o DP ‘Maria’ e em (11) ‘uns com os outros’ tem como antecedente o DP ‘os irmãos’. O antecedente de um DP *a* é um DP *b* com um índice idêntico (RAPOSO, 1992). Sendo assim, para esse autor, nesses casos há uma relação de dependência referencial porque ambos possuem o mesmo índice.

² Sintagma determinante, do termo em inglês Determiner Phrase.

O estudo dos DPs envolve possibilidades e impossibilidades na distribuição dos índices de referência entre eles. A Teoria da Ligação estuda essas relações e apresenta três princípios que regem a distribuição das seguintes formas linguísticas: anáforas, pronomes e expressões referenciais. Essas são abarcadas pelos princípios A, B e C, respectivamente.

O princípio A impõe restrições para a resolução de anáforas e prediz que uma anáfora deve ter obrigatoriamente um antecedente que a c-comande, em outras palavras, as anáforas devem ser vinculadas a um antecedente local que possua o mesmo índice referencial. O princípio B, por sua vez, impõe restrições para o pronome ao afirmar que ele deve estar livre, não tendo como referente um antecedente em seu domínio local. Já o princípio C refere-se às expressões-R, elas devem estar livres em qualquer contexto sintático. Os exemplos em (12-14) mostram esses princípios:

(12) José_i cortou-se_i hoje.

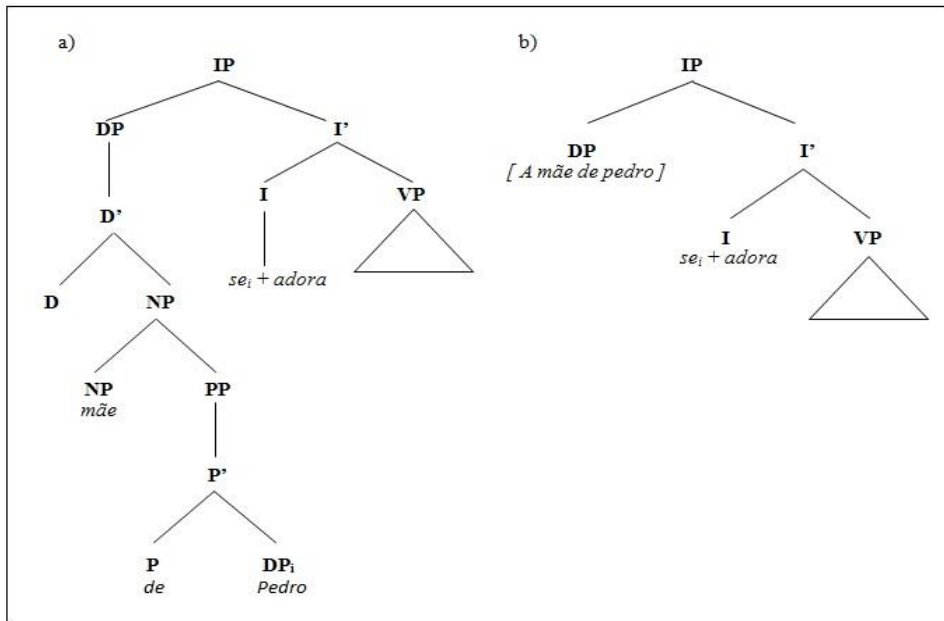
(13) José_i falou para Carla que ele_i já correu no parque hoje.

(14) Quando ela foi presa, a Marta estava completamente bêbada.

Na frase (12) percebemos que a anáfora *se* deve estar ligada a *José* por ser o seu antecedente local além de ser c-comandada por ele. Em (13) o pronome *ele* não está no mesmo domínio do seu antecedente *José*. Já em (14) a expressão referencial *a Marta* não está vinculada.

É primordial, antes, definir a noção de c-comando. Nas palavras de Miotto (2010), α c-comanda β se e somente se β é o irmão de α ou filho (ou neto, bisneto...) do irmão de α . “Ser irmão”, neste contexto, significa que β está paralelo a ou abaixo de α na estrutura arbórea. A relação estrutural de c-comando e não c-comando é exemplificada abaixo:

Figura 1 - Representação arbórea apresentada por Mioto (2010) para c-comando (b) e não c-comando (a).



Fonte: Mioto (2010).

Em (a) temos um exemplo de um DP_i (Pedro) que não c-comanda a anáfora *se*. Já em (b) essa anáfora é c-comandada pelo DP_i (A mãe de Pedro). As restrições explicitadas acima são definidas entre os nós de uma árvore de acordo com o esquema da teoria x-barra. Esses nós possuem uma rigidez em suas relações, por isso, obedecer às relações é fundamental para a sintaxe. A relação que é levada em consideração nessa teoria é a relação de ligação ou vinculação que está inserida no Princípio A da Teoria da Ligação. O conceito de ligação é definido da seguinte forma:

Ligação

Uma categoria A liga uma categoria B se:

- (i) A é co-indexado com B; e
- (ii) A c-comanda B.

A ligação dentro da Teoria da Ligação é tratada, portanto, a partir da posse dos índices referenciais e do c-comando. Quando dois elementos possuem o mesmo índice, eles são correferentes e estão ligados. Quando esses índices divergem, não existe uma relação de ligação e correferência.

De acordo com a Teoria da Ligação de Chomsky (1981), uma anáfora observa condições sintáticas tais como localidade e c-comando. Essas condições, no entanto, são revistas por Reinhart e Reuland (1993), que dizem que as anáforas reflexivizam um predicado quando são coargumento do mesmo predicado do seu antecedente. Assim, nos termos dos autores, elas são denominadas anáforas sintáticas. Portanto, a anáfora sintática está regida pela sintaxe. Vejamos:

(15) Luiza_i machucou ela mesma_i com a faca.

Em (15) a anáfora ‘ela mesma’ é coargumento do mesmo predicado do seu antecedente Luiza, o que torna essa anáfora uma anáfora sintática.

O trabalho subsequente de Reinhart e Reuland (1993) vê a distribuição dessas formas a partir da relação de correferência entre coargumentos de um predicado quando não há uma anáfora sintática. A relação de correferência nesse trabalho, assim como a relação de ligação, se dá pela Teoria da Reflexividade, ampliando a distribuição dessas formas para além da sintaxe.

Esse trabalho será delineado com mais detalhes no capítulo posterior, entretanto, adiantamos aqui que Reinhart e Reuland (1993) distinguem as relações de ligação das relações de correferência. Na sua interpretação, apenas há ligação quando há uma interpretação sintática da coindexação. Eles argumentam que a correferência não é diretamente governada pela sintaxe, mas, como muitos problemas da resolução anafórica, é governada pelo discurso. Assim, a coindexação é irrelevante para a correferência. Para os autores:

Technically, coreference can be obtained only when a pronoun or an anaphor is not coindexed with an antecedent (since when a pronoun or an anaphor is syntactically bound, the only permitted interpretation is that of variable binding).³ (REINHART & REULAND, 1999, p.674).

No exemplo abaixo, a interpretação correferencial só pode ser permitida se *Lucie* e *herself* não forem coindexados. Mas, dada a Condição A de sua teoria, que abordaremos posteriormente, é requerido que seja coindexado.

³ Tecnicamente, a correferência pode ser obtida apenas quando o pronome ou a anáfora não é coindexada com o antecedente (quando o pronome ou a anáfora é sintaticamente ligada, a interpretação permitida é apenas a de variável ligada).

(16) *Lucie_i praised herself_i*⁴

Um caso bastante citado pelos autores para exemplificar os casos em que há correferência são aqueles em que há um logóforo, pois a relação entre ele e o antecedente só pode ser de correferência⁵. Observe:

(17) *Luiza_i machucou [Joana e ela mesma]_i com a faca.*⁶

A anáfora *ela mesma* em (17) não é c-comandada pelo antecedente, mas *Joana e ela mesma*. Apesar de não ser c-comandada, ela é permitida. Ela não está ligada pelo coargumento, mas é coreferente com o antecedente *Luiza*. Assim, Reinhart e Reuland (1993) apontam que esse tipo de anáfora é logofórica e está isenta da teoria da ligação, uma vez que a relação é de correferência.

Logo, se o elemento for coindexado ele é ligado e se ele não for coindexado, a relação de correferência é permitida. Portanto, para os autores, é a coindexação que determina a ligação. Reinhart e Reuland (1993) ainda apontam que as anáforas logofóricas são intercambiáveis com os pronomes. Observe:

(18) *Vítor_i adora piadas sobre ele mesmo_i.*

(19) *Vítor_i adora piadas sobre ele_i.*

Em resumo, uma anáfora sintática é um NP referencialmente dependente, observando as condições sintáticas. Uma anáfora logofórica, por sua vez, está livre das condições sintáticas, de acordo com Reinhart e Reuland (1993), apesar de ser também referencialmente dependente.

⁴ Lucie elogiou ela mesma.

⁵ Em discordância com Reinhart e Reuland, autores como Sells (1987) e Chierchia (1989) consideram que os logóforos de perspectiva são ligados.

⁶ Aqui, os autores assumem que a anáfora em coordenação não é c-comandada. Essa discussão não será abordada nesta dissertação.

3 REVISÃO LINGUÍSTICA

Neste capítulo mostraremos o fenômeno da logoforicidade sob a ótica da Linguística e no capítulo seguinte, mostraremos como princípios A e B da Teoria da Ligação atuam no momento do processamento *online*, bem como estudos que mostram o processamento de logóforos através dos experimentos em Psicolinguística.

Apesar de em alguns casos as relações entre anáforas, pronomes e os seus antecedentes serem estabelecidas obedecendo a restrições da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981), alguns estudos (REINHART e REULAND (1993), ZRIBI-HERTZ (1989)) mostram que essas formas podem ser interpretadas de outras maneiras. Como apontado acima, a logoforicidade ocorre nesses casos e tem sido caracterizada e definida a partir de diversas perspectivas. Uma dessas perspectivas é não estar sujeita às restrições de c-comando e localidade impostas pela Teoria da Ligação.

É importante destacar que a logoforicidade não toma a mesma forma gramatical em todas as línguas. Em algumas há um morfema para indicá-la e outras possuem marcadores específicos que devem ser investigados.

O uso logofórico foi mostrado inicialmente por Clements (1975), que aponta a relevância do ponto-de-vista do orador da sentença, em que, ao pronunciar qualquer frase, pode decidir reportar os eventos sob sua ótica ou sob a ótica de outros indivíduos.

Outra forma de uso descrita na literatura é a utilização discursiva da anáfora como foco, sendo rotulada como enfática (*emphatic*) (KUNO 1987, ZRIBI-HERTZ 1989). E, mais recentemente, a anáfora SELF usada logoforicamente, ou seja, estando livre para ocorrer em qualquer posição (REINHART e REULAND,1993).

A seguir, serão delineadas em mais detalhes as abordagens de Chomsky (1981), Zribi-Hertz (1989), Reinhart e Reuland (1993), Minkoff (2004) e Clements (1975), com a finalidade de fazer um levantamento descritivo desse tema tão pouco pesquisado. Essas abordagens tanto observam a anáfora logofórica a partir da configuração de c-comando, ou seja, limitando e definindo através das restrições de natureza sintática, quanto observando o discurso e a semântica antes da sintaxe. Na abordagem de Zribi-Hertz, por exemplo, a prioridade teórica é dada aos fatores discursivos. Caso estes não deem conta, o domínio sintático é procurado.

3.1 Chomsky (1981)

A teoria da ligação formulada por Chomsky (1981) descreve as restrições sintáticas sobre as anáforas, pronomes e expressões referenciais. Ele postulou três princípios de vinculação: A, B e C. O Princípio A prediz que uma anáfora deve ser ligada ao antecedente que está em seu domínio, ou seja, deve estar ligada ao antecedente que está na oração mínima que contém a anáfora. Além da presença de um antecedente local, o princípio A também prediz que o antecedente c-comanda a anáfora, como apontado no capítulo 1 desta dissertação. Nos exemplos abaixo temos dois exemplos de anáforas vinculadas a seu antecedente local:

(20) [A prima de Joana]_i se_i acha muito bonita.

(21) O Carlos_i machucou ele mesmo_i enquanto cozinhava.

Já em (22) e (23), a seguir, vemos um exemplo de um DP que não está c-comandando as anáforas *se* e *ele mesmo*, pois, de acordo com a Teoria da Ligação, a anáfora *se* não pode se referir a *Joana* e a anáfora *ele mesmo* não pode se referir a *Carlos*, tornando as sentenças agramaticais.

(22) *A prima de [Joana]_i se_i acha muito bonita.

(23) *O Carlos_i machucou Vivian e ele mesmo_i enquanto cozinhava.

O princípio B prevê que o pronome está livre em seu domínio de vinculação. Na sentença (24) abaixo o pronome *ela* não pode ter como antecedente o DP *Maria*, pois está em seu domínio de vinculação.

(24) *A Maria_i adora ela_i.

O princípio B, portanto, impõe que o pronome não pode ser ligado ao seu antecedente local, distintamente do princípio A, que afirma que a anáfora tem que estar ligada à esse antecedente.

Já o princípio C determina que as expressões referenciais devem estar livres em qualquer contexto sintático, isto é, não podem estar ligadas. Em (25) a expressão-R *o animal* não possui antecedente na sentença, o que a torna gramatical. As expressões-R não necessitam de um elemento antecedente para extrair seu significado, ou seja, são independentes

referencialmente, o que as diferencia das anáforas e dos pronomes, que possuem dependência referencial.

(25) O animal fez um grande barulho.

Ainda de acordo com a Teoria da Ligação, as anáforas e os pronomes estão em distribuição complementar. Isto é, um elemento pode estar na sentença somente onde o outro não pode. Assim, para que a sentença seja considerada gramatical, esses elementos devem estar em ambientes opostos. Uma anáfora deve ser ligada e um pronome deve ser livre. Portanto, se uma anáfora possuir um antecedente dentro da mesma oração que a inclui, a sentença é gramatical. Mas se nessa mesma sentença houver um pronome em vez de uma anáfora, seria agramatical. No entanto, vários autores têm demonstrado que esta distribuição complementar nem sempre é possível de se constatar, pois sentenças como (26), são consideradas gramaticais.

(26) Mateus_i sabia que ninguém gosta de João e dele mesmo_i/dele_i por causa de suas personalidades.

A proposta de Reinhart e Reuland (1993), que veremos a seguir, aponta que as anáforas como em (26) sejam observadas a partir da noção de argumentos e, caso não sejam coargumentos do mesmo predicado, permaneçam sendo consideradas gramaticais. A ideia fundamental é que a distribuição complementar não exista em sentenças como em (26) que contém uma anáfora logofórica.

3.2 Reinhart e Reuland (1993)

A Teoria da Reflexividade proposta por Reinhart e Reuland (1993) surge a partir da necessidade de uma reformulação na Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981) justificada pelos muitos problemas empíricos que apresentaram os Princípios A e B desta teoria. Os autores também questionam a distribuição complementar entre anáforas e pronomes levantando vários exemplos em que essa complementariedade falha. Essa teoria ainda deixa clara a diferença entre quando há ligação e quando há correferência entre as formas anafóricas conforme explanado no capítulo anterior desta dissertação.

Para tanto, os autores propõem retornar à interpretação dos predicados reflexivos nas línguas naturais em que o verbo tem uma ligação estreita com o fenômeno da reflexivização.

A partir disso, a reflexivização seria então analisada como uma propriedade dos predicados e não uma propriedade da anáfora, ou seja, a distribuição das formas anafóricas é feita a partir das propriedades semânticas das formas anafóricas, nesse caso, a propriedade de reflexivizar um predicado (*inherent properties*).

De acordo com esses autores, as anáforas são divididas em dois tipos: locais e de longa distância. As primeiras eles consideram serem expressões *complex*, as denominadas anáforas SELF, e as segundas são consideradas *simplex*, chamadas anáforas SE. Com relação à estrutura interna, as anáforas SE e os pronomes formam um grupo distinto das anáforas SELF. Vejamos:

(27) [NP Pron [N' ... e ...]]

(28) [NP SE [N' ... e ...]]

(29) [NP Pron/SE [N' self]]

Como podemos perceber, as anáforas SE possuem a mesma estrutura dos pronomes e não têm a função de reflexivizar, o que as diferencia das anáforas SELF. É assumida, então, a seguinte definição de anáfora:

Anaphors (of both the SE and the SELF type) are referentially defective NPs, which entails, for example, that they cannot be used as demonstratives, referring to some entity in the world (though it does not entail that they must be bound variables). (REINHART & REULAND, 1993, p. 658).⁷

A partir desta definição e das funções de ambos os tipos de anáfora, é proposta uma tipologia das expressões anafóricas. As anáforas SE e as anáforas SELF formam o mesmo grupo em relação à propriedade de dependência referencial e as anáforas SE e os pronomes agrupam-se por não ter a função de reflexivizar. O resumo desta tipologia segue na tabela abaixo:

⁷ “Anáforas (de ambos os tipos SE e SELF) são NPs referencialmente defeituosos, o que significa, por exemplo, que eles não podem ser utilizados como demonstrativos, referenciando alguma entidade no mundo (embora isto não signifique que eles devem ser variáveis ligadas)”.

Tabela 1 - Proposta apresentada por Reinhart e Reuland (1993) para a distribuição das anáforas e pronomes.

	SELF	SE	PRONOUN
Reflexivizing function	+	-	-
R(eferential Independence)	-	-	+

Fonte: Reinhart e Reuland (1993).

De acordo com o quadro acima, as anáforas SELF têm a propriedade de reflexivizar um predicado (+ função reflexiva), mas não têm independência referencial. Os autores consideram que essa função reflexiva SELF é sensível às condições de ligação propostas por eles. Já as anáforas SE não têm independência referencial como também não são responsáveis por tornar um predicado reflexivo (- função reflexiva) por serem apenas marcas para predicados inerentemente reflexivos. Os pronomes, por sua vez, não reflexivizam predicados (- função reflexiva), mas, ao contrário das anáforas, têm independência referencial por possuírem traços de pessoa, gênero e número – não obrigatoriamente todos.

É importante destacar que, para os autores, os dois tipos de anáforas citadas podem ser usadas logoforicamente. Entretanto, devido à escassez de estudos que façam a distinção das funções gramaticais e logofóricas da anáfora, há muitos equívocos com relação à distribuição sintática das anáforas e os termos local e longa distância, já que, se usadas logoforicamente, os dois tipos de anáforas podem ocorrer em todos os tipos de distância. Deste modo, os reflexivos logofóricos não possuem uma regra específica, mas devem ser considerados gramaticais. No entanto, eles apontam que uma propriedade característica da anáfora logofórica é não ser c-comandada (REINHART e REULAND, 1993, p. 660).

Reinhart e Reuland (1993) discutem que é possível haver um pronome sempre que houver uma anáfora logofórica. Ao afirmar isso, os autores não apresentam uma justificativa das razões de preferência entre a anáfora logofórica e o pronome. Uma abordagem sugerida, em nota, pelos próprios autores, é a de Ariel (1990) que leva em conta os candidatos disponíveis mais acessíveis no discurso.

A respeito da função gramatical, afirmam os autores que os domínios são apenas dois: local e longa distância. O domínio local corresponde ao domínio de reflexividade no qual a

anáfora SELF obrigatoriamente reflexiviza o predicado. Esse domínio é regulado pelas Condições A e B reformuladas por eles que descreveremos adiante. Já o domínio de longa distância refere-se ao domínio de ligação das anáforas SE que seguem o padrão dos pronomes.

As Condições A e B devem ser lidas como condicionais e são assim definidas:

(30) Condição A: Um predicado sintático marcado reflexivamente é reflexivo.

(31) Condição B: Um predicado semântico reflexivo é reflexivamente marcado.

A Condição A aplica-se aos predicados que são marcados reflexivamente por vias sintáticas e a Condição B inerentemente (semanticamente) aos reflexivos. Entende-se por predicado sintaticamente reflexivo como sendo aquele que tem dois dos seus argumentos co-indexados (com os traços de gênero, número e pessoa indistintos) e por predicado reflexivamente marcado aquele que ou é lexicalmente reflexivo (o que é marcado pela presença de uma anáfora SE) ou cujo um dos seus argumentos indexados é uma anáfora SELF. Logo, não é a anáfora em si, mas a marcação reflexiva que confere que seja interpretado reflexivamente.

Sendo assim, para Reinhart e Reuland, as Condições A e B não estão relacionadas com a configuração sintática de c-comando, isto é, com a possibilidade de ligação com o antecedente disponível no mesmo domínio da anáfora ou pronome, mas com a propriedade intrínseca do predicado de ser ou não inerentemente reflexivo.

Com a finalidade de observarmos como as Condições A e B se aplicam, vejamos os exemplos abaixo:

(32) a. **John_i likes him_i.*

b. *John_i likes himself_j.*

c. *John_i said Ann likes him_i⁸*

⁸ *John gosta dele.
John gosta dele mesmo.
John disse que Ann gosta dele.

Observe que em (32a) *John* e *him* são coargumentos do predicado *likes*. Este predicado sintático não será reflexivo porque ele não foi marcado pela anáfora do tipo SELF, que corresponde à anáfora que reflexiviza predicados, mas foi substituída por um pronome, tornando a frase agramatical. Um predicado como *like* estaria submetido à condição A - um predicado que seria sintaticamente marcado como reflexivo porque um dos seus argumentos seria uma anáfora SELF. Em (32b) a frase é gramatical porque a anáfora SELF está na sentença como marcador reflexivo e está condizente com a Condição A. Já em (32c) *John* é co-argumento de *said* e *him* é co-argumento de *likes*. Portanto, o predicado não é reflexivo já que, não há coindexação entre os argumentos de um mesmo predicado e, por isso, não é guiada pela Condição B. Em (32c) os predicados não são semanticamente reflexivos e, por isso, não são reflexivamente marcados.

Um dos problemas apontados pelos autores sobre a Condição A da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981) é a ocorrência de anáforas livres de seu domínio, como mostrado por Kuno (1987) e Zribi-Hertz (1989) com anáforas SELF de primeira, segunda e terceira pessoas. Vejamos:

(33) *Max boasted that the queen invited Lucie and himself for a drink.*

(34) **Max boasted that the queen invited himself for a drink.*⁹

Reinhart e Reuland (1993) citam que, para Zribi-Hertz (1989), as anáforas de terceira pessoa ligadas à longa distância violam o Princípio A e tem o uso conhecido como logofórico. Entretanto os autores argumentam que não é possível concluir que os contextos em que há ponto de vista¹⁰ permitem uma violação da Condição A.

Para Reinhart e Reuland (1993) não se trata apenas de uma questão discursiva, mas, sobretudo, de uma questão estrutural visto que em (33) a anáfora SELF é um argumento de seu predicado e, por isso, o predicado é marcado reflexivamente. Em (34) não há predicado marcado reflexivamente, pois o argumento de *invited* não é apenas *himself* (anáfora SELF), mas *queen*, com o qual *himself* não compartilha traços de gênero e, por isso, não pode ser a ele coindexado.

⁹ Max se gabou que a rainha convidou Lucie e ele mesmo para uma bebida.

Max se gabou que a rainha convidou ele mesmo para uma bebida.

¹⁰ Tem sido caracterizada na literatura a noção de ponto de vista para indicar que a correferência da anáfora/pronome com o autoralante, nos termos de Kuno (1987) cujo discurso, pensamentos, sentimentos estão sendo relatados.

A visão desenvolvida pelos autores, a partir da distinção entre função gramatical e logofórica, mostra que a Condição A apenas é aplicada à anáfora em posição argumental. Ou seja, as anáforas SELF que ocorrem fora desta posição (logofóricas) estão isentas desta condição.

Ainda nesta discussão, os autores afirmam que a distinção entre uso anafórico e uso logofórico do SELF é supérflua porque sintaticamente existe apenas um tipo de anáfora, cujo uso é regido pela Condição A. Isso exclui, de imediato, a anáfora SELF onde não há predicados reflexivos como aplicáveis a essa Condição. Portanto, a logoforicidade não é codificada na sintaxe e o logóforo não tem que ser ligado/coindexado a um antecedente. A sua relação pode ser de correferência (REINHART, 1993, p. 673). Essa postura entra em discordância com Sells (1987) que afirma que os logóforos, especialmente os de perspectiva, são ligados.

Há apenas um caso em que a Condição A permite o uso logofórico da anáfora SELF: quando esta não ocupa uma posição argumental e, conseqüentemente, não marca o predicado como reflexivo.

A partir dos estudos anteriores sobre logóforos, os autores distinguem dois tipos de logóforos de acordo com a posição argumental: os logóforos de foco e os logóforos de perspectiva. Os logóforos de foco são aqueles que são completamente dependentes do contexto e, para ocorrer em posição argumental, precisam sinalizar com clareza um foco. O foco pode ser marcado através de um acento prosódico no momento de fala. Os logóforos de perspectiva são os que não ocorrem em posição argumental e são aceitáveis sem uma justificativa discursiva. Eles observam ainda que estes dois usos não esgotam as possíveis ocorrências da logoforicidade.

Vejamos abaixo alguns exemplos desses dois tipos de logóforos. Em (35-36) há casos de logóforos de foco e em (37-38) há exemplos de logóforos de perspectiva:

(35) *Why should the state always take precedence over myself?*

(36) *Bismarck's impulsiveness has, as so often, rebounded against himself.*

(37) *Max boasted that the queen invited Lucie and himself for a drink.*

(38) *There were five tourists in the room apart from myself.*¹¹

Como afirmado acima, a Condição A governa a anáfora. Além disso, também é postulado pela Teoria da Reflexividade que o pronome não é excluído em certos contextos onde há a predição de uma anáfora ocorrer. Um exemplo desse contexto é quando há um *NP Picture*, como em (39), no qual se prevê um mecanismo adicional para justificar a ocorrência do pronome.

(39) *Mary saw a Picture of herself.*¹²

Além disso, é possível observar as propriedades da anáfora logofórica indicadas por Ross (1970 *apud* REINHART e REULAND, 1993). São elas: a anáfora de primeira pessoa pode ocorrer em qualquer posição na sentença e a anáfora de terceira pessoa pode funcionar como um logóforo de perspectiva. Outra propriedade é colocada em Reinhart e Reuland (1993): aparecer com o *NP picture*.

Além dessas propriedades, é importante enfatizar que uma propriedade relevante citada pelos autores é que a anáfora logofórica não tem que ser c-comandada pelo seu antecedente. Dessa forma, os exemplos de *NP picture* são facilmente aceitos, pois há correferência e não há ligação.

Como é observado por eles, o uso da anáfora em contextos que não há a regulação da Condição A pode ser mais acentuado do que em contextos de reflexividade que tem como única opção gramatical a anáfora. Assim, os autores fazem uma distinção entre os reflexivos logofóricos e não-logofóricos. Vejamos:

(40) *Max boasted that the queen invited [Lucie and {himself/him} for a drink].*

(41) *Max boasted that [the queen invited {*himself/*him} for a drink.]*

(42) *It angered him that she tried to attract [a man like {himself/him}.]*

(43) *It angered him that [she tried to attract {*himself/him}.]*¹³

¹¹ Por que o Estado sempre tem precedência sobre mim mesmo?
A impulsividade de Bismarck tem, como tantas vezes, repercutido contra si mesmo.
Max se gabou que a rainha convidou Lucie e ele mesmo para um drinque.
Haviam cinco turistas no quarto além de mim mesmo.

¹² Mary viu uma foto dela mesma.

Em (40) e (42) temos os reflexivos logofóricos, pois eles são incorporados dentro de um NP que é argumento do verbo, ou seja, não é o reflexivo que é o argumento, mas o NP que o contém. Em contrapartida, nas sentenças (41) e (43) o reflexivo é não-logofórico já que ele é argumento do verbo.

Segundo Harris (2000) a questão central da teoria de Reinhart e Reuland (1993) é que a restrição sintática que rege a distribuição dos reflexivos é aplicável apenas aos argumentos. Quando o reflexivo está em posição não argumental, ou seja, não são argumentos de seus predicados, são chamados logofóricos. Ainda de acordo com esse autor, os reflexivos logofóricos estão sujeitos a algum tipo de restrição que não é da Teoria da Ligação ou qualquer outra restrição sintática. Qualquer violação envolvendo um logofórico deve, portanto, ser extrassintática.

Outra condição que se relaciona com as condições de ligação de Reinhart e Reuland (1993) é a Condição de Cadeia. Essa condição ainda relaciona-se com a logoforicidade sob o ponto de vista estrutural, pois as anáforas logofóricas não formam uma cadeia e, por esse motivo, podem ser substituídas por um pronome.

Como crítica a Reinhart e Reuland (1993), Menuzzi (1999) aponta problemas ao isentar da Condição A os reflexivos logofóricos e afirma que sua teoria parece não dar conta satisfatoriamente do caso dos reflexivos logofóricos.

Ele afirma que os logofóricos são marcados porque violam a condição A, ao contrário de Reinhart e Reuland (1993) que diz que são marcados devido a questões discursivas. Logo, para Menuzzi (1999) os reflexivos logofóricos violam a condição A.

Outro apontamento feito por ele é que a teoria de Reinhart e Reuland (1993) não explica porque em inglês apenas os reflexivos logofóricos, excluindo-se os pronomes, podem aparecer marcados fora de um contexto, já que há a possibilidade de tanto os pronomes quanto os reflexivos logofóricos requererem uma justificação discursiva. O autor se apoia em Ariel (1990), Safir (1991) e Keenan (1988) que mostram a distribuição dos tipos de NPs no discurso.

¹³ Max se gabou que a rainha convidou [Lucie e {ele mesmo / ele} para um drinque.
 Max se gabou de que [a rainha convidou {ele mesmo* / ele} para um drinque.]
 Ele se enfureceu que ela tentou atrair [um homem como { ele mesmo / ele}.]
 Ele se enfureceu que [ela tentou atrair {*ele mesmo / ele}.]

Em vista disso, Menuzzi (1999) afirma que a alegação de Reinhart e Reuland (1993) é insuficiente para diferenciar os reflexivos logofóricos dos outros tipos de NPs. Como consequência, ele levanta a discussão de que Reinhart e Reuland (1993) não discutem a razão pela qual a escolha do logóforo deve ser preferida em detrimento do pronome.

Outra crítica feita por esse autor é que por mais que pareça que Reinhart e Reuland (1993) fazem uma descrição satisfatória dos reflexivos logofóricos, há, porém, ocorrências de logóforos que estão em conformidade com a descrição, mas não com a teoria.

Portanto, a partir de suas análises, ele esclarece o conjunto de casos para ocorrência dos reflexivos logofóricos:

- (44) a. Reflexivos dentro de argumento sintático coordenado;
 b. Reflexivos dentro de um predicado sem sujeito;
 c. Reflexivos dentro de um predicado com sujeito expletivo;
 d. Reflexivos dentro de um predicado não-informativo.¹⁴

3.3 Minkoff (2004)

Uma discussão sobre a correferência e a logoforicidade é feita por Minkoff (2004) através de exemplos que sugerem que as anáforas SELF são sujeitas à correferência. Esta, por sua vez, necessita de uma operação adicional à Teoria da Ligação. Vejamos abaixo alguns desses exemplos e, em seguida, será apontada a discussão feita pelo autor.

- (45) a. *{That book about herself_i} {hit Sara_i}*.
 b.**{That book about itself_i} {hit the Hope diamond_i}*.
- (46) a. *{That picture of herself_i} {pushed Sara_i off of the log}*.
 b.**{That picture of itself_i} {pushed the Hope diamond_i off of the display case}*.
- (47) a. *{That story about herself_i} {caused Sara_i to become famous}*.
 b.**{That story about itself_i} {caused War and Peace_i to become famous}*.

¹⁴ a. reflexives within a conjoined syntatic argument;
 b. reflexives within a subjectless predicate;
 c. reflexives within a predicate with na expletive subject;
 d. reflexives within na ‘uninformative’ predicate.

- (48) a. *I put {that picture of herself_i} {next to Sara_i}.*
 b. **I put {that picture of itself_i} {next to the Hope diamond_i}.*
- (49) a. *They saw {that picture of herself_i} {next to Sara_i}.*
 b. **They saw {that picture of itself_i} {next to the rock_i}.*¹⁵

Fica claro para o autor que nos casos das frases acima, a Teoria da Ligação não explica os contrastes encontrados na gramaticalidade, visto que nenhum elemento c-comanda o outro. Além disso, é também pontuado que as frases são estruturalmente idênticas, de modo que qualquer tratamento de Teoria da Ligação teria julgamentos idênticos.

Ele compreende, então, que os contrastes existentes nas frases devem-se a uma exigência de correferência da anáfora SELF e formula a primeira versão do Princípio E: “Uma anáfora SELF deve fazer correferência com uma expressão cujo referente tipicamente possua consciência”¹⁶ (MINKOFF, 2004, p.486), que satisfaz os exemplos em (a) pelo fato de seu referente possuir consciência e é violado em (b), causando agramaticalidade.

Porém, em certas circunstâncias, o Princípio E não é bem sucedido. Em exemplos apontados ao longo de seu texto, Minkoff (2004) mostra que há casos aceitáveis em que a anáfora SELF faz correferência mesmo sem ter um referente que tipicamente possua consciência¹⁷ como também há casos em que uma anáfora SELF é livre, mas são agramaticais independentemente de fazerem correferência com expressões que tenham referentes que tipicamente possuam consciência.

Por esse motivo, o autor opta por modificar o Princípio E e estabelecer os limites do *backward coreference domain*:

¹⁵ {Esse livro sobre ela mesma_i} {atingiu Sara_i}.
 {Esse livro sobre ele mesmo_i} {atingiu o diamante_i Hope}.
 {Essa foto dela mesma_i} {empurrou Sara_i fora do registro}.
 {Essa imagem dele mesmo_i} {empurrou o diamante_i Hope fora da vitrine}.
 {Essa história sobre ela mesma_i} {fez Sara_i se tornar famosa}.
 {Essa história sobre ele mesmo_i} {fez Guerra e Paz_i se tornar famoso}.
 Eu coloquei {a foto dela mesma_i} {ao lado de Sara_i}.
 Eu coloquei {a foto dele mesmo_i} {ao lado do diamante Hope_i}.
 Eles viram {a foto dela mesma_i} {ao lado de Sara_i}.
 Eles viram {a foto dela mesma_i} {ao lado da rocha_i}.

¹⁶ A Self-anaphor must corefer with an expression whose referente typically possesses consciousness.

¹⁷ O termo consciência é usado pelo autor para caracterizar o traço de animacidade.

(50) Princípio E: Uma anáfora SELF deve correferir, e estar no domínio de correferência anafórica¹⁸, com uma expressão cujo referente tipicamente possua consciência.¹⁹

(51) X está no domínio de correferência anafórica de Y se e somente se existirem dois nós A e B de tal modo que B é predicado de A, A domina X, e B domina Y²⁰.

Sendo assim, quando as sentenças satisfazem o Princípio E elas são aceitáveis e quando não satisfazem não são aceitáveis.

Um importante destaque que se deve fazer é que o Princípio E descrito acima é distinto dos Princípios da Teoria da Ligação de Chomsky (1981) por dois motivos principais colocados pelo autor:

1. A Teoria da Ligação de Chomsky (1981) opera em termos de relação puramente estrutural de c-comando enquanto que o Princípio E opera na relação estrutural e semântica do domínio de correferência anafórica;
2. O Princípio E é sensível ao atributo da consciência do referente que não é considerado pelo autor como um aspecto nem da sintaxe nem das expressões linguísticas, mas sim de entidades do mundo nas quais expressões linguísticas referem.

Com relação à logoforicidade, Minkoff (2004) afirma que esta ainda não é licenciada pelo Princípio E como formulado acima, uma vez que, na perspectiva de Sells (1987), à qual é direcionada a discussão do autor, o conteúdo semântico normalmente atribuído para os antecedentes logofóricos – função de protagonista em que o falante identifica-se com o potencial antecedente de consciência – não é abordado neste princípio. Em (52) Sara deve ser compreendida como a protagonista, ou seja, o orador deve identificar-se com o potencial de consciência de Sara.

(52) *I put a picture of herself_i to the right of Sara_i.*²¹

Nesse caso, o autor aponta que o Princípio E deve ser revisado e propõe a sua versão final com o objetivo de abarcar o fenômeno da logoforicidade:

¹⁸ Tradução nossa para a expressão “*backward coreference domain*” utilizada pelo autor.

¹⁹ A free Self-anaphor must corefer with, and be in the backward coreference domain of, an expression whose referente typically possesses consciousness.

²⁰ X is in the **backward coreference domain** of Y if and only if there exist two nodes A and B such that B is predicated of A, A dominates X, and B dominates Y.

²¹ Eu coloquei a foto dela mesma à direita de Sara.

(53) Princípio E

Uma anáfora SELF livre deve correferir com, e estar no domínio de correferência anafórica do protagonista.²²

Podemos observar que muitos casos de correferência podem ser analisados de acordo com este princípio, pois ele é diferente dos Princípios de Ligação de Chomsky (1981) e, por isso, envolvem outros casos não explicados por esta teoria, como a Logoforicidade.

3.4 Clements 1975

Em *The Logophoric Pronoun in Ewe: its role in discourse*, Clements argumenta que um falante, ao proferir um discurso, em situação real de uso, pode, de modo geral, optar por tomar duas abordagens. Na primeira, ele pode escolher por reportar algum evento a partir da sua própria percepção deles e, como orador, assumir a responsabilidade para a sua caracterização linguística. Na segunda, o orador pode escolher se manter distante dos eventos que ele deseja reportar, e descrevê-los através dos olhos, por assim dizer, de uma outra pessoa. Neste caso, ele vai descrever os eventos refletindo a percepção de outra pessoa ao selecionar certas formas linguísticas que sejam apropriadas para essa finalidade. Esses fatores discursivos, segundo o autor, podem não só determinar as escolhas lexicais e sintáticas que um orador pode fazer, mas também pode, em algumas línguas, controlar sua escolha de forma gramatical.

Deste modo, algumas línguas se utilizam desse recurso por meio do pronome logofórico para diferenciar quando se está referindo ao discurso do orador ou quando se está fazendo referência ao discurso, pensamento, sentimento de outro indivíduo em um determinado contexto linguístico.

O autor justifica seu estudo citando que várias línguas dos ramos orientais da Nigéria são conhecidas por empregar pronomes logofóricos que são morfologicamente distintos dos outros pronomes e cita como exemplo o pronome *yè*, em Ewe, que é usado exclusivamente para designar um indivíduo que não é o próprio falante, cujo discurso, pensamentos, sentimentos, ou estado geral de consciência são relatados ou refletidos no contexto linguístico em que o pronome ocorre.

²² A free Self-anaphor must corefer with, and be in the backward coreference domain of, a Protagonist.

Esse fenômeno ocorre em várias línguas como o japonês (KUNO 1972, KURODA 1973), o islandês (THRÁINSSON 1976), o italiano (NAPOLI 1977) e o inglês (KUNO 1972, CANTRALL 1974, KUNO 1975).

Especificamente em inglês, uma ocorrência do pronome reflexivo em orações subordinadas com retomada anafórica mais distante é restrita a construções bastante específicas. Alguns exemplos característicos são reportados pelo autor, a partir dos exemplos de Kuno (1975):

(54) a. *Mary said to John that physicists like himself were a godsend.*

b. **Mary said about John that physicists like himself were a godsend.*

(55) a. *Mary told John that as for himself, he wouldn't be invited.*

b. **Mary said of John that as for himself, he wouldn't be invited.*²³

A partir de Kuno (1987), ele mostra que a aceitabilidade desses pares depende da consideração semântica de "cujo ponto de vista é expresso pela cláusula que contém [o reflexivo]". Nos exemplos em (a), John pode ser interpretado como tendo compreendido ou refletido o que foi proferido por Mary. Já nos exemplos em (b) essa interpretação é improvável.

Após a descrição detalhada das ocorrências do pronome logofórico em Ewe, Clements (1975) constata que são os fatores discursivos que estão em jogo quando se refere ao pronome logofórico, tanto em Ewe quanto em vários idiomas. Conclui, então, que os pronomes logofóricos podem ser caracterizados linguisticamente da seguinte maneira:

- a. Pronomes logofóricos estão restritos a reportar contextos transmitindo as palavras ou pensamentos de um indivíduo ou indivíduos que não seja(m) o narrador-falante;
- b. O antecedente não ocorre no mesmo contexto reportivo com o pronome

²³ Maria disse a João que físicos como ele eram uma dádiva de Deus.

Maria disse sobre John que físicos como ele eram uma dádiva de Deus.
 Maria disse a João que, quanto a ele mesmo, ele não seria convidado.
 Maria disse de João que, quanto a ele mesmo, ele não seria convidado.

logofórico;²⁴

- c. O antecedente designa o indivíduo ou indivíduos cujas palavras ou pensamentos são transmitidos no contexto reportivo em que o pronome logofórico ocorre.

As condições acima são semânticas, já que, para o autor, parece não existir condições sintáticas universais sobre a ocorrência de pronomes logofóricos. Mas ele aponta que um problema interessante para futuras pesquisas seria descobrir até que ponto condições sintáticas podem controlar a ocorrência de pronomes logofóricos.

Portanto, os pronomes logofóricos se referem ao falante que reportou ou informou o discurso, o que o torna diferente dos demais pronomes usados quando o falante está “presente” no discurso.

3.5 Zribi-Hertz (1989)

O artigo de Zribi-Hertz publicado em 1989 faz um levantamento detalhado de ocorrências de pronomes reflexivos do inglês que são compatíveis com a Teoria da Ligação chomskyana e observa que algumas dessas anáforas violam o Princípio A desta teoria, o que mostra, segundo ela, que se baseiam em um corpo relativamente pequeno de dados e não é suficiente para provar que a distribuição dos pronomes do uso cotidiano é tão restrita quanto a previsão feita pelo princípio A.

Esses pronomes que violam tal princípio, segundo a autora, traçam uma linha clara entre sintaxe e discurso, e mostram que o Princípio A de Chomsky é completo apenas se for uma teoria interna da frase, sem levar em consideração o discurso, mas incompleta porque ignora um componente integral da gramática de reflexivos e assim não dá conta de vários conjuntos de dados.

A discussão central do estudo de Zribi-Hertz é compreender onde a linha deve ser traçada, com relação à anáfora, entre sintaxe e discurso. É feito um levantamento sobre as propriedades sintáticas e semânticas dos pronomes reflexivos em inglês a fim de confrontá-las com um corpus de textos do inglês. Após a análise do corpus, a autora esclarece que os pronomes reflexivos do inglês podem ser ligados a longa distância e que podem violar várias

²⁴ Segundo o autor, em inglês o falante também pode ser o "antecedente".

restrições estruturais. A partir disso, é proposta uma relação entre a gramática dos reflexivos localmente ligados e a gramática discursiva dos reflexivos ligados a longa distância.

Entre os dados problemáticos que surgiram após a Teoria da Ligação, alguns põem em xeque a complementariedade entre anáforas e pronomes. Alguns deles são: NPs Picture, posições de genitivo, alguns PPs e contextos enfáticos que são discutidos por Warshawsky (1965), Ross (1970), Cantrall (1974), Kuno (1987), e outros autores. Vejamos:

- (56) a. *They thought that [pictures of {them / themselves}] would be on sale.*
 b. *We thought that [John's pictures of {us / ourselves}] would be on sale.*

(57) *John said that there was a picture of {him / himself } in the post office.*

- (58) a. *(Mary thought that) [a picture of {you / yourself}] would be nice on the wall.*
 b. *(Mary thought that) [a picture of {me / myself}] would be nice on the wall.*

(59) *They heard the stories about {them / themselves}.*²⁵

A partir destes e de outros contraexemplos, alguns autores apontam ora para uma mudança ou alteração na tipologia a fim de abarcar-los dentro da teoria estrutural, ora é sugerido que essas ocorrências estejam fora do âmbito da sintaxe. Contudo, é argumentado neste artigo que uma teoria gramatical dos pronomes reflexivos do inglês não pode ser completa sem um componente discursivo.

A autora cita a discussão de Cantrall (1969) sobre a hipótese de que, em inglês onde é possível alternar pronomes e anáforas no mesmo contexto estrutural, a escolha de um ou do outro expressa uma escolha de ponto de vista narrativo, como também a tese de Kurora (1973) que sugere que a opção reflexiva de *zibun* está correlacionada com o estilo narrativo

²⁵ Eles achavam que [fotos {deles / deles mesmos}] seriam colocadas à venda.
 Nós pensamos que [as fotos de John de {nós / nós mesmos}] seriam colocadas à venda.
 João disse que havia uma imagem {dele / dele mesmo} na estação de correios.
 (Mary pensou que) [uma imagem {sua/ de si mesmo}] seria bom na parede.
 (Mary pensou que) [uma imagem {sua / desi mesma}] seria bom na parede.
 Eles ouviram as histórias sobre eles {eles/ eles mesmos}.

não-reportivo através do qual o autor relata os eventos “de dentro” (algum personagem) ao contrário do seu próprio ponto de vista.²⁶

Essa discussão de Cantrall (1969) é possível de ser observada no exemplo abaixo:

- (60) a. *The women_i were standing in the background, with the children behind them_i.*
 b. *The women_i were standing in the background, with the children behind themselves_i.*²⁷

As sentenças 60a e 60b não possuem o mesmo conteúdo informativo, pois em 60b as crianças estão localizadas “atrás das mulheres” do ponto de vista interno do protagonista discursivo (as mulheres) e em 60a as crianças estão “atrás das mulheres” do ponto de vista do falante. O contraste está relacionado à opção do ponto de vista que pode ser de um protagonista do discurso ou do falante e, conseqüentemente, como aponta Cantrall, nas escolhas de uma terceira pessoa das anáforas pronominais e pronomes não há um condicionamento estrutural.

A proposta da Teoria da Ligação de Chomsky não faz correlação com as propriedades semânticas acima e é assumido que elas não pertencem à sintaxe e são derivadas de suas propriedades estruturais. No entanto, a autora, apesar de concordar que o ponto de vista não pertence à sintaxe, discorda de sua derivação a partir das propriedades estruturais: “It is the structural properties of pronouns that are, in a sense, derived from their discourse properties.”²⁸ (ZRIBI-HERTZ, 1989, p. 705).

Para justificar sua afirmação, são dados os exemplos em (61) em que há um contraste semântico:

- (61) a. *John_i hid the book behind himself_i.*
 b. *John_i hid the book behind him_i.*²⁹

²⁶ O ponto de vista também é o conceito central das análises dos pronomes em Kuno (1972, 1983, 1987).

²⁷ As mulheres estavam em pé ao fundo, com as crianças atrás delas.

As mulheres estavam em pé ao fundo, com as crianças atrás delas mesmas.

²⁸ “São as propriedades estruturais dos pronomes que são, em certo sentido, derivadas de suas propriedades discursivas.”

²⁹ John escondeu o livro atrás dele mesmo.

John escondeu o livro atrás dele.

Para Zribi-Hertz (1989), a relação espacial entre John e o livro é entendida como mais direta em 61a do que em 61b porque, nesta última, John escondeu o livro em algum lugar atrás da linha dos ombros enquanto que em 61a John escondeu o livro muito perto dele, provavelmente em contato com seu corpo.

É argumentado, então, que o “sujeito de consciência” não é uma variação semântica do sujeito sintático, mas que se destaca como um conceito linguístico pertencente à gramática do discurso e que este, ao invés do sujeito sintático, é o conceito relevante para a gramática dos reflexivos ligados à longa distância no inglês.

O conceito “sujeito de consciência” é uma categoria da gramática do discurso, sendo similar ao conceito de Logoforicidade proposto por Kuno (1987) e Clements (1975). Como afirma a autora, o “sujeito de consciência” é uma propriedade semântica atribuída a um referente cujos pensamentos ou sentimentos, opcionalmente expressos no discurso, são transportados por uma parte do discurso. Esse “sujeito de consciência”, ainda nas palavras da autora, é geralmente entendido como [+ humano].

A autora diz que os pronomes reflexivos pertencem à gramática do discurso, da qual a gramática da sentença é um subdomínio específico. Através desta conclusão, a autora sugere que as restrições estruturais podem ter a sua motivação discursiva.

Uma afirmação importante colocada pela autora é a de que as relações anafóricas apontadas em seu estudo pertencem à gramática do discurso, visto que as restrições estruturais entram em jogo quando o princípio do discurso deixa de ser relevante.

Portanto, a proposta de Zribi-Hertz (1989) afirma que qualquer teoria estrutural da anáfora deve ser preenchida pelos princípios de discurso, pois para dar conta desse fenômeno é preciso considerar as noções de estrutura do discurso.

Essa proposta da gramática da sentença (sintaxe) ser uma subparte da gramática do discurso autoriza os pronomes reflexivos a violarem o Princípio A de Chomsky, caso certas propriedades discursivas sejam satisfeitas. Isso torna essa proposta diferente da de Reinhart e Reuland (1993), pois para estes últimos a sintaxe opera prioritariamente e, caso não seja suficiente, a semântica e o discurso estão livres para atuar.

Em resumo, o termo logoforicidade tem sido usado na literatura para se referir a dois casos:

- 1) Pronomes logofóricos existentes em línguas africanas, que são pronomes que possuem uma morfologia diferenciada dos demais pronomes.
- 2) Anáforas que estão vinculadas fora de um domínio local (Reuland 2006).

4 REVISÃO PSICOLINGÜÍSTICA

Apesar das diversas abordagens sobre o fenômeno, há poucos estudos em Psicolinguística Experimental que têm como foco principal compreender o processamento desse tipo de estrutura. Neste capítulo mostraremos algumas abordagens no processamento intrassentencial e alguns experimentos desenvolvidos em psicolinguística.

4.1 Processamento correferencial intrassentencial

No âmbito da Psicolinguística Experimental intrassentencial, há uma discussão sobre o processamento *online* de sentenças que possuem uma única oração serem restritas exclusivamente à atuação dos Princípios de Ligação postulados por Chomsky (1981) nas primeiras etapas do processamento. Nessa problemática existe um forte debate sobre o momento de atuação dos princípios de ligação de Chomsky, no curso do processamento, o que tem se desdobrado em previsões diferenciadas com os modelos que postulam o quanto o processamento é afetado pelos seus antecedentes, a saber, os modelos: filtro inicial, filtro reversível e interativo.

Em linhas gerais, o primeiro modelo foi apresentado por Nicol & Swinney (1989), que afirma que a ligação entre o antecedente e a anáfora é restrita aos princípios de ligação de Chomsky (1981) tanto nos estágios iniciais do processamento quanto nos estágios que o seguem. O segundo modelo é defendido por Sturt (2003), Kennison (2003) e Leitão, Peixoto e Santos (2008) ao apresentar evidências de um filtro reversível em que esses princípios guiam o processamento nos estágios iniciais, mas podem ser violados posteriormente por vários fatores. Já Badecker & Straub (2002) analisam seus dados interpretando que não só as restrições sintáticas atuam nesse primeiro estágio, mas também outras restrições de caráter discursivo. Estes últimos propõem o modelo interativo.

O modelo descrito por Nicol & Swinney (1989) mostra que as restrições propostas pela teoria da ligação são aplicadas nos estágios iniciais e subsequentes do processamento. De acordo com esse modelo, o antecedente para a anáfora é imediatamente escolhido de acordo com a teoria da ligação, já outros antecedentes são desconsiderados nos primeiros estágios do processamento e posteriormente.

Os autores analisaram o processamento de pronomes a anáforas que possuíam dois tipos de antecedentes: disponíveis e indisponíveis, segundo a teoria da ligação. Eles

realizaram um experimento de *priming cross modal*³⁰ (inter-modal) com a finalidade de observar a atuação das restrições de ligação. Nesse experimento os participantes ouviram as sentenças e fizeram uma decisão lexical após visualizarem uma palavra sonda que aparecia após as anáforas e pronomes. Os exemplos das frases experimentais seguem abaixo:

Anáforas

(62) *The boxer_j told the skier_j that the doctor_i for the team would blame himself_i *for the recent injury.*³¹

Pronomes

(63) *The boxer_i told the skier_i that the doctor_j for the team would blame him_i *for the recent injury.*³²

Dessa forma, previa-se que os antecedentes disponíveis estruturalmente influenciariam o processamento da correferência nos estágios iniciais e que os antecedentes indisponíveis seriam imediatamente excluídos e desconsiderados na interpretação subsequente (Hipótese do Filtro Inicial).

De acordo com essa hipótese, *the boxer* e *the skier*, em (62) são os antecedentes indisponíveis para *himself* e *the doctor* é o antecedente disponível porque é o antecedente legítimo em termos da Teoria da Ligação. Os antecedentes *the boxer* e *the skier* são excluídos nos primeiros estágios do processamento e também subsequentemente. Da mesma forma em (63), em que *the boxer* e *the skier* são permitidos a fazer referência com *him*, enquanto *the doctor* não é permitido.

Os resultados desse estudo trouxeram evidências para a Hipótese do Filtro Inicial, pois houve efeito significativo para os antecedentes disponíveis estruturalmente e não houve efeito significativo para os antecedentes indisponíveis estruturalmente tanto para a anáfora quanto para o pronome. Isso indica que eles não foram levados em consideração no momento da resolução da correferência e há um filtro gramatical que determina quais candidatos podem se referir à anáfora e ao pronome.

³⁰ Quando os estímulos apresentados no *priming* e no alvo são de modalidades diferentes.

³¹ O boxeador falou para o esquiador que o médico da equipe culparia ele mesmo pela recente lesão.

³² O boxeador falou para o esquiador que o médico da equipe culparia ele pela recente lesão.

Entretanto, Sturt (2003), Kennison (2003) e Leitão, Peixoto e Santos (2008) encontraram evidências contra o modelo do filtro de ligação inicial. Seus dados mostram que as restrições de ligação são aplicadas nos estágios iniciais, mas podem ser violadas posteriormente. O filtro seria, então, reversível, com a possibilidade de ser violado em um segundo momento do processamento por vários fatores.

O trabalho de Sturt (2003), que será descrito no capítulo seguinte desta dissertação, mostrou que as restrições de ligação são relevantes no processamento da correferência no primeiro estágio do processamento. Os fatores discursivos influenciariam apenas tardiamente, o que justifica o efeito dos antecedentes indisponíveis encontrados no seu estudo.

Na mesma direção dos achados de Sturt (2003), Kennison (2003) investigou a atuação do princípio B no processamento através da técnica de leitura automonitorada, capturando o processamento em dois estágios.

A autora fez um experimento utilizando os pronomes *her*, *his* e *him* com antecedentes disponíveis e indisponíveis, no qual os sujeitos leram mais lentamente o pronome na condição em que o antecedente indisponível estruturalmente era do mesmo gênero da retomada em comparação a condição em que o gênero era o mesmo. Os exemplos das condições experimentais segue abaixo:

(64) Condições SPEC

Susan /watched /her /classmate /during /the open rehearsals /of the /school play.

Carl /watched /her /classmate /during /the open rehearsals /of the /school play.

They /watched /her /classmate /during /the open rehearsals /of the /school play.

Condições NP

Susan /watched /her /yesterday /during /the open rehearsals /of the /school play.

Carl /watched /her /yesterday /during /the open rehearsals /of the /school play.

They /watched /her /yesterday /during /the open rehearsals /of the /school play.³³

³³ Condições SPEC

Susan assistiu o colega de classe dela durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Carl assistiu o colega de classe dela durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Eles assistiram o colega de classe dela durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Condições NP

Susan assistiu ela ontem durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

A partir dos resultados encontrados, Kennisson (2003) sugere que os antecedentes disponíveis e indisponíveis estruturalmente são considerados durante a resolução correferencial, diferentemente da proposta de Nicol & Swinney (1989) de que apenas são considerados os antecedentes disponíveis estruturalmente.

Dialogam com os resultados de Kennisson (2003) e Sturt (2003) os achados de Leitão, Peixoto e Santos (2008) para o PB encontrados através de um experimento de leitura automonitorada.

No experimento foi investigado o processamento do pronome 'ele' na posição de objeto. Foram manipulados os traços de gênero, número e animacidade dos antecedentes. No primeiro experimento não houve diferença significativa na leitura do segmento crítico (pronome), sugerindo-se que o princípio B bloqueou, no primeiro estágio, a possibilidade do 'ele' se vincular ao sujeito. As frases utilizadas no primeiro experimento foram:

(65) a. Antecedente sujeito masculino, singular e + animado (MS+A)

Tião/ atropelou/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

b. Antecedente sujeito feminino, singular e + animado (FS+A)

Talita/ atropelou/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

c. Antecedente sujeito feminino, plural e + animado (FP+A)

As motoristas/ atropelaram/ ele/ imprudentemente/na estrada/ de Cabedelo.

d. Antecedente sujeito feminino, plural e - animado (FP-A)

As carretas/ atropelaram/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

Os tempos de leitura foram mais lentos quando o sujeito não disponível estruturalmente possuía os mesmos traços de gênero, número e animacidade do pronome do que nas condições em que esses traços não combinavam. Esses resultados sugerem que o processamento da correferência ocorre em dois estágios.

Ao segundo experimento foi acrescentado um preâmbulo com um antecedente disponível que combinava os mesmos traços com o pronome. A presença desse antecedente

Carl assistiu ela ontem durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.
Eles assistiram ela ontem durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

disponível tornou a leitura do pronome significativamente mais demorada do que no experimento 1, ou seja, não houve a influência dos antecedentes indisponíveis. Observe:

(66) a. Antecedente sujeito masculino, singular e + animado (MS+A)

Carlos atravessou a rua correndo.

Tião/ atropelou/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

b. Antecedente sujeito feminino, singular e + animado (FS+A)

Carlos atravessou a rua correndo.

Talita/ atropelou/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

c. Antecedente sujeito feminino, plural e + animado (FP+A)

Carlos atravessou a rua correndo.

As motoristas/ atropelaram/ ele/ imprudentemente/na estrada/ de Cabedelo.

d. Antecedente sujeito feminino, plural e – animado (FP-A)

Carlos atravessou a rua correndo.

As carretas/ atropelaram/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

Por fim, Badecker & Straub (2002) propõe um modelo no qual várias restrições são atuantes no momento inicial do processamento, tanto sintáticas quanto discursivas são combinadas paralelamente, ou seja, as restrições de ligação atuam junto com outros tipos de informações (traços de gênero e número, foco discursivo). Neste entendimento, tanto os antecedentes disponíveis quanto os indisponíveis são relevantes no processamento correferencial desde o primeiro estágio do processamento.

No estudo de leitura automonitorada feito por eles havia tanto antecedentes disponíveis quanto indisponíveis estruturalmente. Vejamos:

(67) Pronome³⁴

a. *John thought that Beth owed him another opportunity to solve the problem.*

b. *John thought that Bill owed him another opportunity to solve the problem.*

³⁴a) John pensou que Beth lhe devia mais uma oportunidade para resolver o problema.
b) John pensou que Bill lhe devia mais uma oportunidade para resolver o problema.

(68) Reflexivos³⁵

a. *Jane thought that Bill owed himself another opportunity to solve the problem.*

b. *John thought that Bill owed himself another opportunity to solve the problem.*

Badecker & Straub (2002) encontraram resultados no segmento pós-crítico, em que foram lidos mais rapidamente quando o gênero da retomada combinava com o gênero do antecedente em (67a) e (68a). Em (67b) e (68b), a leitura foi mais lenta, pois o gênero dos antecedentes indisponíveis e disponíveis combinavam com o gênero da retomada, o que mostra que os antecedentes indisponíveis também influenciaram no processamento das sentenças. Nesta linha, os autores propõem que os antecedentes indisponíveis interferem no processamento.

Entretanto, esses modelos citados acima não contemplam, especificamente, a discussão do processamento de anáforas logofóricas e pronomes logofóricos, apesar de citarem a possibilidade de haver certos tipos de estrutura em que há o uso da anáfora e não há a atuação dos princípios de ligação.

Uma abordagem que trata deste fenômeno, com um olhar para as estruturas coordenadas, é feita por Frazier e Clifton (1996) a partir da suposição de que o modelo do *Construal* se aplica não apenas às orações relativas, mas também há a possibilidade deste se aplicar às sentenças em que há um reflexivo dentro de uma coordenação.

O *parser* (processador de frases), segundo Frazier e Clifton (1996), é capaz de distinguir entre dois tipos de relações sintáticas. Nas relações primárias, os fatores estritamente sintáticos têm prioridade na construção da estrutura sintática pelo processador, ou seja, os fatores pragmáticos e semânticos não seriam capazes de influenciar a escolha do *parser* em um primeiro momento. Nesse primeiro tipo de relação os autores propõem a teoria do *Garden Path*, em que o *parser*, ao encontrar com uma estrutura ambígua, compromete-se com a estrutura que possui o menor número possível de nós (Aposição Mínima). Caso as estruturas apresentem o mesmo número de nós, o *parser* escolhe a aposição mais recente (Aposição Local).

³⁵a) Jane pensou que Bill devia a ele mesmo mais uma oportunidade para resolver o problema.

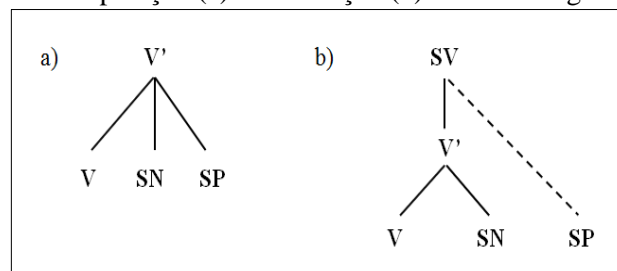
b) John pensou que Bill devia a ele mesmo mais uma oportunidade para resolver o problema.

Já nas relações secundárias, propostas pelo modelo do *Construal*, a decisão estrutural não é tão automática nem restrita exclusivamente à sintaxe. É postulado que a oração ambígua seja associada ao marcador frasal em construção através do sistema de *construal*. Nesse caso, os fatores semânticos e pragmáticos influenciam na escolha do *parser* pela análise preferencial. Os autores apresentam os seguintes princípios para esse modelo:

- (69) a. Associe um XP que não pode ser analisado como instanciando uma relação primária ao domínio de processamento temático corrente;
- b. Interprete o XP dentro do domínio usando princípios estruturais e não estruturais.³⁶

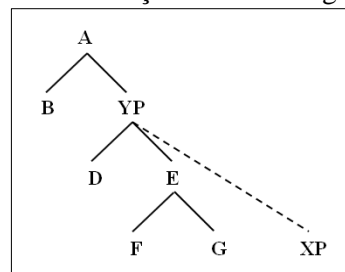
É importante destacar que enquanto no modelo do *Garden Path* o *parser* apõe, ou seja, faz a escolha imediata, no modelo do *Construal*, ele associa. Essa associação é representada por uma linha pontilhada. Vejamos abaixo duas estruturas em que há aposição e associação, respectivamente:

Figura 2 - Aposição (a) e associação (b) de um sintagma (SP).



Fonte: Frazier e Clifton (1996).

Figura 3 - Associação de um sintagma (XP).



Fonte: Elaboração própria.

³⁶ Associate a frase XP that cannot be analyzes as instantiating a primary relation into the current thematic processing domain.
Interpret XP within that domain using structural and non - structural principles.

Além das estruturas relativas, principal motivação para o modelo do *Construal*, os autores, a partir dos dados de Cowart (1991) *apud* Frazier e Clifton (1996), também apontam para a possibilidade desse modelo responder às questões referentes ao processamento de reflexivos de longa distância.

Cowart (1991 *apud* FRAZIER e CLIFTON, 1996) fez um experimento *offline* de julgamento de aceitabilidade e mostrou que houve uma aceitabilidade assimétrica entre os reflexivos locais e de longa distância. Eles ainda mostraram que os sujeitos atribuíram classificação mais elevada para os reflexivos de longa distância se comparados aos reflexivos locais para o segundo conjunto de frases:

(70) a. *Amy believes the two commissioners admire themselves and the mayor.*

b. *The two commissioners believe Amy admires themselves and the mayor.*

(71) a. *Amy believes the two commissioners admire the mayor and themselves.*

b. *The two commissioners believe Amy admires the mayor and themselves.*³⁷

O que explicaria a tendência observada para a preferência de um reflexivo não-local seria o fato de que ela foi mediada por fatores semânticos. O autor sugere que os NPs coordenados devem ser tratados como completamente desintegrados da sintaxe. Em contrapartida, Frazier e Clifton (1996) analisam tal estrutura não excluindo por completo a sintaxe, mas seguindo a ideia de que ela não é completamente determinada, mas é associada, usando a informação nãoestrutural. A hipótese deles é de que as frases coordenadas são associadas ao invés de apostas. Os autores seguem também a intuição de que há um paralelismo – semântico e sintático – na análise preferencial desses elementos.

Em suma, as propostas teóricas são, a partir dos experimentos em psicolinguística, observadas no processamento *online* na ativação de fatores sintáticos e discursivos. Logo abaixo serão apresentados alguns experimentos que mostram esse processamento *online*.

³⁷ Amy acredita que os dois comissários admiram eles mesmos e o superior.
Os dois comissários acreditam que Amy admira eles mesmos e o superior.
Amy acredita que os dois comissários admiram o superior e eles mesmos.
Os dois comissários acreditam que Amy admira o superior e eles mesmos.

4.2 Alguns experimentos

Os experimentos em psicolinguística nos fornecem evidências sobre como os elementos reflexivos são processados, o que permite esclarecer como as representações linguísticas são feitas, já que o processador é sensível às mais diversas representações linguísticas.

Nos estudos reportados no artigo de Maia (2005) investigou-se o processamento de três tipos de estruturas sintáticas em que há os dois tipos de relações sintáticas propostas por Frazier e Clifton (1996). Foram realizados estudos *offline* de questionário e estudos *online* de leitura automonitorada utilizando o *Psyscope*. Nos experimentos *online* foram manipulados efeitos semânticos e pragmáticos para investigar a interferência dos fatores não estritamente estruturais no processamento sintático.

No estudo 1 investigou-se as preferências de aposição sintática de orações subordinadas iniciadas por QUE. Nesse tipo de estrutura era possível integrar a subordinada como objetiva direta ou como adjetiva formando um SN complexo. Caso houvesse preferência pela substantiva objetiva direta, haveria um efeito labirinto (*garden-path*) que precisaria de uma reanálise. Foram elaborados 2 questionários *offline* com o objetivo de testar qual seria a preferência de produção de frases desse tipo. Foi solicitado aos participantes que lessem as frases e completassem da forma que mais achassem adequada. Nesse questionário havia os contextos + plausível e – plausível. Os resultados mostraram que o contexto teve uma influência significativa sobre as respostas, ou seja, informações não estritamente estruturais poderiam estar influenciando as decisões do processador na construção da estrutura.

Também foi realizado um experimento *online* de leitura automonitorada com as seguintes condições experimentais: + Plausível longa, - Plausível longa, + Plausível curta e – Plausível curta. Nessa técnica os participantes guiam sua própria leitura em frente à tela do computador e ao teclado. São lidas, em velocidade natural, as frases do experimento divididas em segmentos que são apresentadas uma a uma cada vez que o participante aperta a tecla L do teclado a sua frente. Cada vez que essa tecla era apertada, o segmento lido some e, automaticamente, aparece o próximo segmento, até o término da frase que era sinalizado com um ponto final.

A hipótese era de que se o Princípio da Aposição Mínima fosse aplicado, os tempos de leitura do segmento crítico deveriam variar significativamente entre as sentenças longas e curtas. Também foi testado o fator plausibilidade. Nas sentenças longas, o último segmento deveria ser lido mais rapidamente nas sentenças + plausível do que nas sentenças – plausível, evitando-se o *garden-path*. Na amostra foram encontradas diferenças significativas para as curtas e longas, o que atesta que houve um efeito *garden-path*. Já para o fator plausibilidade, não foram encontradas diferenças significativas, o que mostra que o contexto não foi relevante no processamento *online*.

O estudo 2 analisou estruturas com ambiguidade no verbo (presente do indicativo e particípio) seguidas de um SN. Se a escolha do processador for apor o SN ao verbo principal, haverá um efeito *garden-path*, pois ao deparar com a oração subsequente não haverá como integrá-la no primeiro momento. Já se a escolha for a de uma oração adjetiva reduzida, haverá a formação de um SN complexo. Para observar se o processador poderia utilizar informações de natureza semântica, foram manipulados os traços [\pm humano] do SN sujeito da oração.

Foram realizados um estudo *offline* e um estudo *online*. No estudo *offline* de questionário, utilizou-se SNs do tipo [+humano] e [-humano] para que os sujeitos completassem as sentenças. Os resultados mostraram preferências significativas pela estrutura mínima tanto no tipo [+humano] quanto no tipo [-humano]. Não foram encontradas diferenças significativas quanto ao traço de animacidade. O estudo *online* de leitura automonitorada teve como hipótese que o segmento crítico, como previsto pelo Princípio da Aposição Mínima, seria lido mais rapidamente nas frases mínimas (concatenação da forma verbal com o verbo principal). Também era pretendido verificar se os traços semânticos de animacidade influenciariam a decisão do *parser*. Se isso ocorresse haveria diferenças significativas entre a leitura das frases + humanas e – animadas. Foram condições experimentais desse estudo: humano mínimo, humano não-mínimo, inanimado mínimo e inanimado não-mínimo, e condições controle: humano verbo, humano particípio, inanimado verbo e inanimado particípio. Foi encontrado resultado significativo para o tipo de verbo, sendo detectada uma preferência pelo verbo principal, comprovando o Princípio da Aposição Mínima. Com relação aos traços semânticos não houve atuação significativa nos tempos de leitura.

No estudo 3 é explorada a compreensão de estruturas em que um SP pode ser ligado ao SV (aposição mínima) ou ao SN (aposição não-mínima). Como nos experimentos

anteriores, além de testar a Teoria do *Garden-Path*, foram manipulados efeitos semânticos a fim de examinar a possível influência de fatores não estruturais no *parsing*. Nos questionários havia os contextos – Plausível (menciona um referente único) e o contexto + Plausível (menciona dois referentes). Nos resultados, percebe-se claramente que o contexto teve forte influência sobre as respostas, já que no contexto mais plausível houve um aumento significativo da proporção de SN. Em ambas as condições de plausibilidade, registra-se uma preferência significativa pela interpretação que analisa o SP como ligado ao SV, indicando que o princípio da Aposição Mínima é operativo também neste tipo de estrutura em português. O experimento *online* buscou testar duas hipóteses: a primeira seria o Princípio da Aposição Mínima (SP lido mais lentamente nas condições –PB (-plausível baixa) e +PB (+plausível baixa) e a segunda seria a interferência de fatores não estruturais no processamento *online* (diferenças entre as condições +P e –P). As frases experimentais distribuíam-se nas condições +PB (+ plausível baixa), +PA (+plausível alta), –PB (–plausível baixa) e –PA (–plausível alta). Conforme predito, o experimento demonstrou que o Princípio da Aposição Mínima é operativo, pois as condições em que se forçou a aposição baixa foram lidas mais lentamente. Além disso, não houve interação significativa entre a informação pragmática e a aposição sintática preferencial do SP indicando que o *parser* não utilizou, tão prontamente, esse tipo de informação.

É interessante notar que as técnicas utilizadas têm sua relevância nos diferentes tipos de aferição, já que na técnica *online* mede-se a interpretação no momento reflexo e na *offline*, no momento reflexão. No caso dos estudos aqui comentados, houve convergência entre os resultados dos experimentos *offline* e *online*. Ambos demonstraram o efeito *garden-path*, mas os experimentos *offline* se mostraram mais sensíveis a efeitos semânticos e pragmáticos por serem captados no momento interpretativo da compreensão, enquanto que os resultados dos estudos *online* (reflexo) sugeriram que esses fatores não estariam tão disponíveis ao *parser* quanto às informações estritamente estruturais.

Outro ponto interessante é que foi observado nesses estudos que as relações primárias são estabelecidas mais automaticamente do que as relações secundárias, pois estas últimas requerem uma operação a mais do que as primeiras. Portanto, o funcionamento do *parser* parece ter ligação com os princípios que norteiam a gramática e não apenas com os fatores extralinguísticos.

Em outro estudo psicolinguístico, envolvendo especificamente a logoforicidade, Foraker (2003), usou a forma SELF logoforicamente para examinar se as informações discursivas utilizadas na interpretação desse logofórico são semelhantes às usadas na interpretação do pronome. Nesse estudo foi realizado um experimento de leitura automonitorada no qual foi controlada a distância entre o logofórico / pronome e seu antecedente, com três posições possíveis para o antecedente (*First-mentioned, Middle e Most Recent*). Nesse experimento, Foraker mostra que houve um efeito *Spill over* (após o logofórico / pronome), o qual revelou que logofóricos e pronomes foram processados de forma semelhante apenas nas condições em que o antecedente estava a uma distância longa ou intermediária em relação à retomada. Quando o antecedente foi mencionado mais recentemente, o logofórico foi lido mais rapidamente do que quando este estava em posição distante ou intermediária.

A sua proposta de explicação para os resultados encontrados nas condições com antecedente em distância longa e intermediária é a de que a resolução da correferência da anáfora logofórica parece usar o mesmo tipo de informação pragmática e discursiva usada para correferência pronominal, já que, tanto para logofóricos quanto para pronomes foi encontrado o mesmo padrão de processamento. O conjunto de frases do experimento segue exemplificado em (74) e (75) abaixo:

(74) *Logophoric Reflexive*

First-mentioned: Megan wondered/ if Isaac had found out/ that Rick wanted to invite/ Sally and herself/ to the birthday party.

Middle: Isaac wondered/ if Megan had found out/ that Rick wanted to invite/ Sally and herself/ to the birthday party.

Most Recent: Rick wondered/ if Isaac had found out/ that Megan wanted to invite/ Sally and herself/ to the birthday party.

(75) *Pronoun*

First-mentioned: Albert was upset/ when Debbie didn't care/ that Rachel had endangered/ Gordon and him/ on the climbing trip.

Middle: Debbie was upset/ when Albert didn't care/ that Rachel had endangered/ Gordon and him/ on the climbing trip.

*Most Recent: Rachel was upset/ when Debbie didn't care/ that Albert had endangered/ Gordon and him/ on the climbing trip.*³⁸

Ainda no inglês, Sturt (2003) encontrou evidências de que o antecedente logofórico poderia afetar o processamento posterior, sendo a sintaxe acessada em um primeiro momento. Ele relata um experimento de *eyetracking* em sentenças como em (76):

- (76) a. *Jonathan was pretty worried at the City Hospital. He remembered that the surgeon had pricked himself with a used syringe needle. There should be an investigation soon.*
 b. *Jonathan was pretty worried at the City Hospital. He remembered that the surgeon had pricked herself with a used syringe needle. There should be an investigation soon*
 c. *Jennifer was pretty worried at the City Hospital. She remembered that the surgeon had pricked himself with a used syringe needle. There should be an investigation soon.*
 d. *Jennifer was pretty worried at the City Hospital. She remembered that the surgeon had pricked herself with a used syringe needle. There should be na investigation soon.*³⁹

Essa técnica captura os movimentos oculares dos participantes enquanto eles leem as frases do experimento, o que permitiu o autor investigar o processamento da anáfora com antecedentes sintáticos e logofóricos, ou seja, tanto informações sintáticas quanto discursivas

³⁸ Reflexivos logofóricos

Mencionado primeiro: Megan perguntou se Isaac tinha achado que Rick queria convidar Sally e ela mesma para a festa de aniversário.

Médio: Isaac perguntou se Megan havia achado que Rick queria convidar Sally e ela mesma para a festa de aniversário.

Mais recente: Rick perguntou se Isaac tinha achado que Megan queria convidar Sally e ela mesma para a festa de aniversário.

Pronome

Mencionado primeiro: Albert ficou chateado quando Debbie não se importou que Rachel tivesse ameaçado Gordon e ele na viagem de escalada.

Médio: Debbie ficou chateada quando Albert não se importou que Rachel tivesse ameaçado Gordon e ele na viagem de escalada.

Mais recente: Rachel ficou chateada quando Debbie não se importou que Albert tivesse ameaçado Gordon e ele na viagem de escalada.

³⁹ Jonathan estava muito preocupado no Hospital da Cidade. Ele lembrou que o cirurgião tinha picado ele mesmo com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

Jennifer estava muito preocupada no Hospital da Cidade. Ela lembrou que o cirurgião tinha picado ele mesmo com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

Jonathan estava muito preocupado no Hospital da Cidade. Ele lembrou que o cirurgião tinha picado ela mesma com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

Jennifer estava muito preocupada no Hospital da Cidade. Ela lembrou que o cirurgião tinha picado ela mesma com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

poderiam ser acessadas nas frases analisadas. Os resultados desse experimento mostraram que os antecedentes regidos pelos princípios de ligação tiveram tempo de leitura menor se comparados aos antecedentes logofóricos na primeira fixação do olhar. Isso implica que a sintaxe influenciou em um primeiro momento enquanto que o discurso teve uma influência tardia, não sendo restringidos pelo Princípio A. Apesar desse resultado, Sturt não descarta que o discurso é ativado no momento do processamento.

Outro trabalho relevante foi o de Harris (2000) na qual foi descrito um estudo com EEG⁴⁰ com a finalidade de verificar as características das respostas de ERP⁴¹ em frases com violação sintática e violação não sintática, já que na literatura atual é possível observar que existem padrões de ERP encontrados a partir da verificação de violações de caráter sintático e semântico.

A técnica de extração de ERPs por meio do EEG afere a ativação elétrica relacionada a estímulos linguísticos enquanto o voluntário executa a tarefa linguística, de modo a oferecer uma grande precisão temporal (FRANÇA, 2005). A literatura atual tem mostrado que os ERPs são sensíveis a vários tipos de violações, especialmente violações sintáticas e semânticas. De acordo com França & Maia (2013):

Os psicolinguístas e neurocientistas podem, assim, comparar sentenças que fazem sentido com aquelas que não fazem, verificando como a percepção de cada palavra afeta a altura do pico (amplitude) do potencial (ou onda cerebral) e o tempo que a onda demora a se formar (latência). (FRANÇA & MAIA, 2013, p.45).

Assim, no experimento de Harris (2000), nas frases com violação sintática havia a comparação da anáfora sintática concordando/discordando e nas frases com violação não sintática havia a comparação da anáfora logofórica concordando/discordando. A previsão do autor era de que nas frases que continham uma violação sintática seria encontrado um P600 por ser de caráter sintático e provocar o padrão semelhante ao encontrado nesses tipos de violação. Já nas frases logofóricas não seriam encontrados P600 por essa violação ser de natureza semântico-pragmática. Ele ainda afirma que seria difícil saber que tipo de onda se esperar das violações logofóricas por elas não serem definidas na literatura em geral, esperava-se apenas distingui-las das de padrão sintático. Para tanto, foi feito um estudo com 24 conjuntos de frases experimentais construídos no seguinte modelo:

⁴⁰ Eletroencefalógrafo.

⁴¹ Potenciais relacionados a eventos.

- (77) a. *The boys' cousin introduced Suzie and himself at the wedding.*
 b. *The boys' cousin introduced Suzie and themselves at the wedding.*
 c. *The boys' cousin introduced himself at the wedding.*
 d. *The boys' cousin introduced themselves at the wedding.*⁴²

A tarefa feita pelos 40 voluntários consistia em ler as frases e determinar quem recebeu a ação da sentença com base na concordância de número. Apareciam na tela as duas opções de resposta e todos os sujeitos foram incentivados a anteciparem a pergunta e a resposta.

Os resultados confirmaram que as comparações envolvendo restrições sintáticas tiveram um P600 e, nas restrições com logofóricos, não. Sugeriu-se que as comparações envolvendo argumentos são mediadas por processos sensíveis às restrições sintáticas enquanto que para os logofóricos são insensíveis ou sensíveis de forma diferente a essas restrições.

Ainda buscando compreender o processamento de sentenças em tempo real, tendo como foco a reflexividade e tendo por meio a discussão sobre os campos da sintaxe, de um lado, e da sintaxe + discurso do outro, Petra Burkhardt (2002) faz um estudo em língua inglesa utilizando o paradigma cross-modal para verificar o processamento em sentenças contendo logóforos. Ou seja, ambas as posturas foram examinadas na perspectiva do processamento.

Como a interpretação de reflexivos logofóricos envolve acesso a operações não-sintáticas, como o acesso às noções de discurso e de ponto-de-vista, e os reflexivos coargumentos envolvem apenas operações sintáticas, a autora levanta a hipótese de que os contrastes entre esses dois reflexivos teriam custos de processamento diferentes.

Na posição de apenas sintaxe, os dois reflexivos propostos no estudo teriam um comportamento semelhante, já na posição sintaxe + discurso haveria um contraste entre eles.

⁴² O primo dos meninos apresentou Suzie e ele mesmo no casamento.
 O primo dos meninos apresentou Suzie e eles mesmos no casamento.
 O primo dos meninos apresentou ele mesmo no casamento.
 O primo dos meninos apresentou eles mesmos no casamento.

Foram feitas as tarefas de compreensão de sentenças e a de decisão lexical que consistia na apresentação da frase na qual o sujeito ouvia e em seguida respondia a pergunta de compreensão sobre a frase em pontos aleatórios no curso do experimento. Em um determinado momento durante a apresentação da frase, aparecia uma palavra sonda na qual o sujeito teria que decidir apertando o botão “sim” ou “não” se a sonda era ou não uma palavra do inglês. O tempo de reação para a decisão lexical foi gravado.

Participaram deste estudo 45 estudantes (18 para controle e 27 para experimental) da Universidade de Yale, falantes nativos do inglês, com boa audição e sem histórico de doença neurológica.

Foram criados 25 pares de sentenças experimentais e 119 frases distratoras. Nas frases experimentais, cada par consistia em uma frase com um reflexivo co-argumento e um reflexivo logofórico, como abaixo:

(78) a. *The woman_i who was arrogant praised^{PROBE} herself_i^{PROBE} because the network had called about negotiations for a leading role.*

b. *The girl_i sprayed bug repellent around^{PROBE} herself_i^{PROBE} because there were many mosquitoes in the Everglades.⁴³*

Nas frases com reflexivos logofóricos foram incluídos objetos diretos (*bug repellent*) e preposições de lugar (*around* ou *behind*). Os verbos de ambas as frases foram controlados por frequência e o comprimento total das frases e a distância entre antecedente e reflexivo foram pareados.

As sondas estavam em duas posições: antes do reflexivo (posição controle) e depois do reflexivo (posição experimental). Elas não eram semanticamente relacionadas à sentença nem permitiam que se gerasse uma continuação da sentença. Na posição experimental é possível medir os recursos necessários durante o processamento do reflexivo, observando se há um custo adicional ou não.

⁴³ A mulher que era arrogante elogiou ela mesma porque os contatos tinham ligado a respeito das negociações para um papel de liderança. A menina pulverizou o repelente em torno dela mesma porque havia muitos mosquitos nos Everglades.

É por meio da comparação dos tempos de reação para a decisão lexical nas duas condições que se pode perceber se há indício para a posição apenas da sintaxe (não há diferença entre as duas condições) ou para a posição sintaxe + discurso (há diferença entre as duas condições com um aumento de tempo nas condições com reflexivos logofóricos).

Os resultados mostram que não houve uma diferença significativa para a sonda na posição controle, mas houve uma diferença significativa para os tempos de reação da sonda (RT) em posição experimental, que registrou um tempo maior para os reflexivos logofóricos, indicando que a interpretação dos reflexivos logofóricos custa mais ao processador do que a dos reflexivos coargumentos. Vejamos:

Tabela 2 - RT por condição do experimento de Petra Burkhardt (2002).

	Posição controle (antes do reflexivo)	Posição experimental (depois do reflexivo)
Reflexivos co-argumento	729.04	675.84
Reflexivos logofóricos	722.72	701.52
Significância	p = .32	p = .005

Fonte: Petra Burkhardt (2002).

Os dados obtidos vão a favor de uma abordagem sintaxe + discurso para a reflexividade, sugerindo que a logoforicidade vai além da sintaxe. A diferença entre os reflexivos coargumentos (cuja interpretação é puramente de reflexivos sintáticos) e logofóricos (o que implica que a sua interpretação requer acesso à informação sintática e não sintática) aponta que há um custo adicional para o processador. Esse custo, por sua vez, só é compatível com a posição da sintaxe + posição discurso que afirma que a interpretação de reflexivos logofóricos requer acesso à informação discursiva (extrasintática).

Esses resultados encontrados por Pietra Burkhardt (2002) corroboram os achados de neuroimagem de Harris (2000) que descrevemos anteriormente, na qual os “erros” que envolvem os dois tipos de reflexivos produzem diferentes padrões de ativação de potenciais cerebrais relacionados a eventos, sugerindo a existência de processos sintáticos e extrasintáticos.

Ainda investigando os fatores sintáticos e discursivos nas restrições correferenciais, Keller & Asudeh (2001) focalizam em seu estudo as configurações dos NPs de imagem⁴⁴, visto que eles são considerados problemáticos para a Teoria da Ligação e levaram a diversas propostas de revisão da Teoria. Alguns autores explicam a anáfora em NPs de imagem a partir de restrições estruturais e outros argumentam que estão isentos da teoria da ligação e sujeitos a restrições de natureza discursiva.

A abordagem estrutural para esse fenômeno é dada por meio das revisões à Teoria da Ligação e a abordagem discursiva propõe que tais anáforas estão isentas da Teoria da Ligação por não estarem sujeitas ao Princípio A e serem regidas por restrições pragmáticas como referencialidade, definitude e aspecto.

O artigo em questão propõe um experimento psicolinguístico a fim de esclarecer qual abordagem é mais coerente para o fenômeno. É realizado um experimento usando o paradigma de estimativa de magnitude (ME) que testa a influência dos fatores estruturais e pragmáticos sobre a correferência dos NPs de imagem.

Esse estudo investigou os fatores que determinam a correferência em NPs de imagem em inglês com o objetivo de fornecer dados confiáveis para o estatuto teórico desses NPs, mais especificamente sobre eles estarem isentos ou não da Teoria da Ligação e, como consequência, a relação de correferência a qual são submetidos por fatores pragmáticos ou estruturais.

A fim de cumprir o primeiro objetivo do estudo, foi testada a influência dos fatores estruturais na ligação de NPs de imagem, comparando o comportamento de anáforas e pronomes em seis configurações. Os fatores estruturais foram dois: a posição da retomada, que podia ser tanto o objeto da sentença matriz (tal como nas configurações (I) - (IV) na Tabela 2), ou o possessivo dos NPs de imagem (como em configurações (V) e (VI) na Tabela 2) e a ausência de um possessivo (como nas configurações (I) e (II)), ou a sua presença (como nas configurações (III) - (VI) na Tabela 2). O experimento continha três subdesigns, que testou as configurações (I) e (II), (III) e (IV) e (V) e (VI), respectivamente. As configurações estão exemplificadas na tabela abaixo:

⁴⁴ Tem sido observado na literatura que a complementaridade entre pronomes e anáforas, proposta pela Teoria da Ligação, se decompõe em certas estruturas. Um caso em que isso acontece e tem sido alvo de diversos estudos são com os NPs de imagem (*picture noun phrases*), onde anáfora e pronomes são igualmente aceitáveis, como em: *Ann_i found a picture of her/herself_i.*

Tabela 3 - Exemplos de estímulos e previsões do experimento de Keller & Asudeh (2001).

NP 1	NP2	SUJEITO	POSSESSIVO	SENTENÇA	PREDIÇÃO
<i>Noun</i>	<i>Pronoun</i>	<i>Yes</i>	<i>No</i>	(I) <i>Hanna found a picture of her.</i>	<i>Grammatical</i>
<i>Noun</i>	<i>Anaphor</i>	<i>Yes</i>	<i>No</i>	(II) <i>Hanna found a picture of herself.</i>	<i>Grammatical</i>
<i>Noun</i>	<i>Pronoun</i>	<i>Yes</i>	<i>Yes</i>	(III) <i>Hanna found Peter's picture of her.</i>	<i>Grammatical</i>
<i>Noun</i>	<i>Anaphor</i>	<i>Yes</i>	<i>Yes</i>	(IV) <i>Hanna found Peter's picture of herself.</i>	<i>Ungrammatical</i>
<i>Noun</i>	<i>Pronoun</i>	<i>No</i>	<i>Yes</i>	(V) <i>Hanna found Peter's picture of him.</i>	<i>Umgrammatical</i>
<i>Noun</i>	<i>Anaphor</i>	<i>No</i>	<i>Yes</i>	(VI) <i>Hanna found Peter's picture of himself.</i> ⁴⁵	<i>Grammatical</i>

Fonte: Keller & Asudeh (2001).

Para investigar o segundo objetivo, ou seja, a influência dos fatores pragmáticos na correferência de NPs de imagem, foram investigados os seguintes fatores pragmáticos: a definitude dos NPs de imagem, a classe aspectual do verbo e a referencialidade da retomada. Esses fatores foram divididos em três subdesigns. O primeiro continha a definitude e a classe verbal e o segundo e o terceiro, a referencialidade.

A definitude dos NPs de imagem é exemplificada em (79) em que *a* está indefinido e *b* está definido:

(79) a. *Hanna_i found a picture of her_i/herself_i.*

b. *Hanna_i found the picture of her_i/herself_i.*⁴⁶

A classe aspectual da matriz verbal é ilustrada no exemplo (80), em que *encontrar* e *perder* são verbos de ação, enquanto *tirar* e *destruir* são verbos de realização. É relevante

⁴⁵ Hanna encontrou uma foto dela.

Hanna encontrou uma foto de dela mesma.

Hanna encontrou a foto de Peter dela.

Hanna encontrou a foto de Peter dela mesma.

Hanna encontrou a foto de Peter dele.

Hanna encontrou a foto de Peter dele mesmo.

⁴⁶ Hanna encontrou uma foto dela/dela mesma.

Hanna encontrou a foto dela/dela mesma.

ressaltar que essa classificação é dada pelo autor. Os verbos *encontrar* e *tirar* pressupõem [+existência] de um objeto e *perder* e *destruir* são [-existência].

- (80) a. *Hanna_i found a picture of her_i/herself_i.*
 b. *Hanna_i lost a picture of her_i/herself_i.*
 c. *Hanna_i took a picture of her_i/herself_i.*
 d. *Hanna_i destroyed a picture of her_i/herself_i.*⁴⁷

Os exemplos da referencialidade da retomada seguem abaixo:

- (81) a. *Hanna_i found Peter's picture of her_i/herself_i.*
 b. *The woman_i found Peter's picture of her_i/herself_i.*
 c. *Each woman_i found Peter's picture of her_i/herself_i.*⁴⁸

As previsões feitas pelos autores eram de que as anáforas NPs de imagem estão isentas de vinculação local, como previsto na literatura teórica, com a exceção de que o NP de imagem seja possessivo e, nesse caso, a anáfora se liga pelo possessivo. Era previsto também que os pronomes poderiam ser ligados localmente por meio do possessivo. Dessa maneira, esperava-se aceitabilidade nas condições (I), (II), (III) e (VI) e não-aceitabilidade nas condições (IV) e (V). Com relação à configuração sintática não seria esperado um efeito principal de configuração de ligação para os pares (I) - (II), mas para (III) - (IV) e (V) - (VI) seria esperado um efeito significativo. Já em relação aos fatores pragmáticos, esperava-se que os fatores classe verbal, definitude e referencialidade tivessem efeito sobre a correferência. Esperava-se um efeito no primeiro subexperimento da classe verbal e da definitude e no segundo e terceiro subexperimento da referencialidade.

Foram participantes do estudo 52 falantes nativos do inglês. Como colocado acima, os materiais experimentais incluíam três subdesigns. O primeiro investigou (I) e (II), o segundo (III) e (IV) e o terceiro (V) e (VI). Cada fator de configuração de ligação teve dois níveis: nome-pronome ou nome-anáfora. No primeiro subdesign, esse fator foi cruzado com

⁴⁷ *Hanna_i encontrou uma foto dela/dela mesma_i.*
Hanna_i perdeu uma foto dela_i/dela mesma_i.
Hanna_i tirou uma foto dela_i/dela mesma_i.
Hanna_i destruiu uma foto dela_i/dela mesma_i.

⁴⁸ *Hanna_i encontrou a foto de Peter dela_i/dela mesma_i.*
A mulher encontrou a foto de Peter dela_i/dela mesma_i.
Cada mulher encontrou a foto de Peter dela_i/dela mesma_i.

definitude (definido e indefinido) e classe verbal (conquista [+ Existência] realização [+ existência] realização [-Existência]) totalizando 12 células (2x2x3) no primeiro subdesign. No segundo e terceiro subdesigns, o fator estrutural foi cruzado com o fator referencialidade (nome próprio, NP definido e NP quantificado) totalizando 6 células (2x3). Os três subdesigns tiveram um total de 24 células para cada conjunto.

Cada sujeito julgava um total de 48 itens. Foram feitas a ANOVA para cada subexperimento. Com relação aos fatores estruturais, foram encontrados efeitos significativos no primeiro subexperimento (I e II). A anáfora foi mais aceitável do que o pronome com médias 6702 e 1954, respectivamente. No segundo subexperimento em (III) e (IV), não se atingiu significância e a anáfora e o pronome foram igualmente aceitáveis. No terceiro subexperimento (V) e (VI), novamente foi obtido um efeito principal e a anáfora foi mais aceitável do que o pronome.

No que diz respeito aos fatores pragmáticos, a ANOVA para o primeiro subexperimento também revelou uma interação significativa do verbo e *Hanna*, mostrando uma diminuição na aceitação de pronomes para verbos de realização [+ Existência]. Uma interação de Definitude e *Hanna* também foi encontrada, mas com significância apenas por sujeitos. A aceitabilidade de pronomes é aumentada para NPs de imagem definidos. A análise de variância para o segundo subexperimento mostrou uma interação significativa de Referencialidade e *Hanna* com uma diminuição na aceitação de pronomes se o antecedente NP é um quantificador. Nenhuma interação Referencialidade e *Hanna* esteve presente no terceiro subexperimento.

Os resultados mostraram que os fatores estruturais regem as possibilidades de ligação em NPs de imagem, enquanto que os fatores pragmáticos desempenham apenas um papel limitado. No entanto, os fatores estruturais identificados divergem dos assumidos pela Teoria da Ligação.

Os experimentos feitos em inglês descritos acima são de suma importância para o estudo dos logóforos, pois os fatores pragmáticos têm recebido muita atenção na literatura teórica. Entretanto, poucos estudos quantitativos têm sido conduzidos para determinar em que medida esses fatores influenciam a correferência, e como eles interagem com fatores estruturais.

Sobre o PB, foi feito por Oliveira et al (2012) um estudo recente que investigou como adultos processam a anáfora ‘a si mesmo (a)’ em contextos em que os antecedentes estavam disponíveis e indisponíveis à anáfora, com o objetivo de averiguar se apenas os antecedentes disponíveis estruturalmente influenciam na resolução anafórica. Chamou-se de disponíveis os antecedentes que estavam no domínio de vinculação da anáfora e de indisponíveis aqueles que estavam fora do seu domínio de vinculação de acordo com a Teoria da Ligação de Chomysk (1981).

A partir disso, foi feito um experimento utilizando a técnica de leitura automonitorada com seis condições experimentais, tendo como variáveis independentes o gênero dos antecedentes indisponíveis, o gênero dos antecedentes disponíveis e o gênero da retomada. As variáveis dependentes foram o tempo de leitura do segmento crítico (anáfora) e do segmento seguinte como também as respostas obtidas por meio da pergunta ao fim da frase. Segue abaixo exemplos de sentenças utilizadas nesse experimento:

(82) a. Antecedente indisponível feminino, disponível masculino e retomada masculino
Maria disse que João machucou a si mesmo no parque de diversão. João se machucou?

b. Antecedente indisponível masculino, disponível feminino e retomada masculino
João disse que Maria machucou a si mesmo no parque de diversão. João se machucou?

c. Antecedente indisponível feminino, disponível masculino e retomada feminino
Maria disse que João machucou a si mesma no parque de diversão. Maria se machucou?

d. Antecedente indisponível masculino, disponível feminino e retomada feminino
João disse que Maria machucou a si mesma no parque de diversão. Maria se machucou?

e. Antecedente indisponível masculino, disponível masculino e retomada masculino
João disse que José machucou a si mesmo no parque de diversão. José se machucou?

f. Antecedente indisponível feminino, disponível feminino e retomada feminino
Maria disse que Lilian machucou a si mesma no parque de diversão. Lilian se machucou?

Os resultados do experimento mostraram que os tempos de leitura do segmento crítico quando o antecedente disponível combinava em gênero com a retomada foram mais rápidos do que quando havia um antecedente indisponível com mesmo gênero da retomada. Isso

significa, segundo Oliveira et al (2012), que o princípio de ligação restringe a resolução da anáfora nos primeiros estágios do processamento.

Outro estudo realizado por Oliveira et al (2013) também investigou a influência dos antecedentes disponíveis e indisponíveis, porém com a anáfora *ele(a) mesmo(a)*. Foram usadas as mesmas frases experimentais como também a mesma técnica do experimento de Oliveira et al (2012), mudando apenas o termo anafórico. Os resultados corroboraram os obtidos anteriormente com a anáfora *si mesmo(a)* e com a Hipótese do Filtro Inicial, com diferença apenas na medida *offline*. Os autores sugerem que pode ter sido encontrado alguma influência do traço pronominal contido na anáfora *ele(a) mesmo(a)*.

Já em Oliveira et al (2014) a anáfora *ele(a) mesmo(a)* foi segmentada com o objetivo de verificar se o processamento do primeiro segmento, *ele(a)*, sofreria influência do Princípio B, vinculando-se ao antecedente indisponível para a anáfora e se o segmento seguinte *mesmo(a)* faria com que o sujeito fizesse uma reanálise, aplicando o Princípio A. O *design* experimental e a técnica utilizada foram os mesmos de Oliveira (2013), diferindo apenas nessa segmentação.

Os resultados encontrados por Oliveira et al (2014) vão na mesma direção de Oliveira et al (2012, 2013), ao mostrar que os antecedentes indisponíveis não são levados em consideração, apesar da anáfora estar segmentada. Os sujeitos, quando chegaram ao segmento *ele(a)*, não fizeram a ligação com o antecedente indisponível e, ao lerem o segmento seguinte, *mesmo(a)*, aplicaram o Princípio A, eliminando o antecedente indisponível e fazendo a ligação com o antecedente disponível.

Portanto, os resultados desses experimentos dão consistência à Hipótese do Filtro Inicial de Nicol e Swinney (1989), contrariando os resultados obtidos por Badecker e Straub (2002), Sturt (2003), Kennison (2003) e Leitão et al (2008), que verificaram a influência dos antecedentes indisponíveis na resolução da correferência.

A partir desse estudo, Calaça e Oliveira (2014) se propuseram a verificar outra relação existente entre a anáfora e o seu antecedente, a relação de c-comando. É importante destacar que os estudos citados anteriormente detêm-se a investigar questões relacionadas à localidade do antecedente, ou seja, esses trabalhos não focaram a noção de c-comando, somente a localidade.

Nesse estudo foi observado o comportamento da anáfora ‘a si mesmo(a)’ com dois tipos de antecedente: um que c-comanda a anáfora e outro que não a c-comanda que ora combinavam em gênero com a retomada, ora não. Tomou-se como hipótese de trabalho que nas sentenças onde a anáfora tem um antecedente que a c-comanda, têm a resolução correferencial mais facilitada. Ou seja, os indivíduos teriam mais facilidade de leitura nesses tipos de frases, já que estão restritos ao Princípio A, para o qual são levados em consideração os aspectos sintáticos, do que nas frases em que a anáfora estabelece a ligação fora desse princípio, por levar em conta processos além do sintático. Quanto ao gênero, esperava-se que nas condições em que a anáfora possua o mesmo gênero do antecedente que a c-comande seja lido mais rapidamente do que em condições em que o gênero da retomada não combine com o do antecedente que a c-comande.

Neste trabalho foi utilizada a técnica *online* de leitura automonitorada. Foram criados vinte e quatro conjuntos de frases, cada um contendo seis frases. Além dessas frases experimentais foram inseridas quarenta e oito frases distratoras. A variável dependente do experimento foi o tempo de leitura do segmento crítico que corresponde à anáfora ‘a si mesmo(a)’, e as variáveis independentes foram a posição do antecedente e o gênero da retomada. Foram controlados o tamanho dos nomes próprios e o gênero da retomada que concordava ora com o sujeito ora com seu núcleo para facilitar a correferência com o DP proposto nesse estudo. Abaixo podemos ver os exemplos das condições experimentais. As barras (/) indicam a divisão de como os segmentos apareciam na tela do computador.

(83) a. FMRF - Feminino, masculino, retomada feminina

A neta/ de Beto/ pintou/ a si mesma/ no atelier/ de arte. A neta de Beto se pintou?

b. FMRM - Feminino, masculino, retomada masculina

A neta/ de Beto/ pintou/ a si mesmo/ no atelier/ de arte. O Beto se pintou?

c. MFRM - Masculino, feminino, retomada masculino

O neto/ de Márcia/ pintou/ a si mesmo/ no atelier/ de arte. O neto de Márcia se pintou?

d. MFRF - Masculino, feminino, retomada feminina

O neto /de Márcia/ pintou/ a si mesma/ no atelier /de arte. A Márcia se pintou?

e. FFRF - Feminino, feminino, retomada feminino

A neta/ de Márcia/ pintou/ a si mesma/ no atelier/ de arte. A Márcia se pintou?

f. MMRM - Masculino, masculino, retomada masculino

O neto/ de Beto/ pintou/ a si mesmo/ no atelier/ de arte. O Beto se pintou?

Os resultados dessa pesquisa mostram que não houve um efeito principal, mas houve um efeito de interação entre o primeiro antecedente e a retomada anafórica ($p < 0,0001$). Já na interação entre o segundo antecedente e a retomada não foram obtidos, nesse experimento, um efeito significativo ($p = 0,144$).

Esses resultados apontam que a noção de c-comando, realmente, é um fator significativo na interpretação da anáfora ‘a si mesmo(a)’. Quando as sentenças tinham como antecedente um DP que estava c-comandando e concordava em gênero, como nas condições FMRF, MFRM E FFRF, o processamento foi mais rápido do que nas sentenças em que a anáfora combinava em gênero, mas não tinha uma relação de c-comando com o antecedente mais próximo, como nas condições FMRM, MFRF, MMRM.

Isso indica que, como postulado por Chomsky (1981), o domínio de c-comando do sujeito a um DP parece ser um fator atuante, pois foram encontrados tempos de leitura mais rápidos em frases em que a anáfora teria como única ligação possível um DP que a c-comandava do que em frases que esse domínio não poderia ocorrer, o que confirma a hipótese inicial deste estudo feito por Calaça e Oliveira (2012).

Do mesmo modo, como nos resultados obtidos por Oliveira et al (2012, 2013, 2014), é perceptível a relevância da sintaxe e do Princípio A da Teoria da Ligação na resolução da anáfora ‘a si mesmo(a)’. No estudo descrito acima foi possível encontrar evidências de que a anáfora ‘a si mesmo(a)’ está restrita ao Princípio A, especialmente à noção de c-comando, já que o antecedente que c-comandava a anáfora foi processado mais rapidamente do que o que não era c-comandado por ela, apesar dos traços de gênero estarem combinando com a retomada. Logo, na ausência de um antecedente que c-comande a anáfora, os sujeitos levaram mais tempo na resolução correferencial.

O experimento realizado pelas autoras teve como objetivo verificar se a anáfora ‘a si mesmo(a)’ está sujeita ao c-comando independentemente da concordância dos traços de gênero entre a anáfora e seu antecedente. Essa questão foi apontada, por meio do resultado do experimento, como um fator que distingue o processamento entre as condições experimentais analisadas aqui.

Os experimentos em Psicolinguística Experimental com foco no processamento de logóforos têm como base, em sua maioria, a perspectiva de Reinhart e Reuland (1993) em que a posição estrutural da anáfora determina seu caráter logofórico. Com relação às perspectivas de Clements e Zribi-Hertz, são apenas mostradas como possíveis abordagens para esses estudos. Na presente dissertação também tomaremos como base a perspectiva de Reinhart e Reuland (1993), visto que observaremos a logoforicidade a partir da posição estrutural da anáfora e do pronome.

5 O EXPERIMENTO

Diante das mais diversas abordagens para a logoforicidade em várias línguas, os dois experimentos realizados nessa dissertação, os quais descreveremos a seguir objetivaram verificar a aceitabilidade de construções com anáfora logofórica em PB com a finalidade de compreender se elas estão presentes na gramática de falantes desta língua, visto que a abordagem de Reinhart e Reuland (1993) mostra que essas estruturas em que a semântica e o discurso operam e exercem uma influência determinante na resolução correferencial da anáfora logofórica são gramaticais em inglês. Além disso, como apresentado no capítulo anterior, esses autores ainda afirmam que nos contextos em que há uma anáfora logofórica também pode haver um pronome logofórico.

Como pontuado na introdução desta dissertação, o estudo de Galves (2001a *apud* BRITO, 2009) mostra que em alguns dialetos do PB, o ‘ele’ pode ter leitura anafórica. Consideramos, então, a partir de Reinhart e Reuland (1993), a propriedade logofórica como oposta à propriedade anafórica, em que a propriedade logofórica se caracteriza por ter um antecedente fora do domínio de ligação, seja presente na sentença ou não. Portanto, denominamos o ‘ele’ nos dois experimentos como pronome logofórico por este ter um antecedente fora do domínio de ligação nas frases utilizadas. A partir disso, também nos propomos a verificar a aceitabilidade do pronome logofórico a fim de fazer um contraponto com a aceitabilidade da anáfora logofórica.

A partir dessas abordagens buscamos responder as seguintes perguntas:

1. Assim como no inglês, essas construções são aceitáveis em Português?
2. Há a mesma aceitabilidade em construções logofóricas com anáforas e pronomes?

Para tanto, foram realizados dois experimentos *offline* de julgamento de aceitabilidade, sendo o primeiro um teste piloto. De acordo com Leitão (2011):

As aferições obtidas a partir de experimentos *offline* dão informação a respeito da interpretação (momento de reflexão) das frases ou enunciados, ou seja, conseguem capturar reações a estímulos linguísticos quando já houve uma integração entre todos os níveis linguísticos (fonológico, morfológico, lexical, sintático e semântico). (LEITÃO, 2011, p.223).

Isto posto, esses experimentos tem o intuito de verificar se as estruturas logofóricas são aceitas pelos falantes do PB, ou seja, se na interpretação deles, o estímulo linguístico é aceitável. Abaixo descreveremos com mais minúcia cada um deles.

5.1 Experimento 1

O primeiro teste feito nessa pesquisa buscou perceber se há aceitabilidade em construções logofóricas em PB de acordo com os estudos de Reinhart e Reuland (1993). Essa aceitabilidade pode ser confirmada através da medida *offline*, já que os sujeitos emitirão um julgamento para as frases lidas. Assim, utilizamos a anáfora logofórica *ele mesmo* e o pronome logofórico *ele* nessas construções para verificar tal aceitabilidade. A hipótese prevista para esse teste foi de que ambas as estruturas seriam consideradas aceitas pelos sujeitos falantes dessa língua, como previsto na Teoria da Reflexividade de Reinhart e Reuland (1993).

5.1.1 Método

5.1.1.1 *Participantes*

Participaram desta pesquisa 77 estudantes do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Campus I João Pessoa - todos falantes nativos do português brasileiro, com idades entre 19 e 32 anos.

5.1.1.2 *Material*

Para a realização desse experimento, foram criadas doze frases experimentais, sendo divididas em 2 conjuntos. Cada conjunto continha seis frases com anáfora logofórica ‘ele mesmo (a) ’ e seis frases com pronome logofórico ‘ele’. Além dessas frases experimentais foram inseridas vinte e quatro frases distratoras. O propósito dessas frases era fazer com que o sujeito não percebesse qual a natureza das frases que foram o objeto de estudo da pesquisa. Também foi elaborada uma pequena instrução para que o sujeito compreendesse a tarefa. Na tabela abaixo podemos ver os exemplos das frases experimentais e a instrução contida no teste.

Tabela 4 - Exemplo das sentenças experimentais do teste piloto.

INSTRUÇÃO	
Observe as frases abaixo e responda se você as considera como aceitável ou inaceitável. Não há respostas certas ou erradas. Nós queremos apenas verificar suas intuições sobre as frases.	
TIPO DE SENTENÇA	SENTENÇAS
Anáfora logofórica	O irmão de Vítor penteou Lucas e ele mesmo com a escova da sua tia. O genro de Mauro cortou José e ele mesmo com a faca na cozinha. O neto de Breno olhou Murilo e ele mesmo no espelho da sala.
Pronome logofórico	O irmão de Vítor penteou Lucas e ele com a escova da sua tia. O genro de Mauro cortou José e ele com a faca na cozinha. O neto de Breno olhou Murilo e ele no espelho da sala.

Fonte: Elaboração própria.

A variável dependente do experimento foi o tipo de julgamento (aceitável x inaceitável) feito em cada condição, e as variáveis independentes foram o tipo de logóforo (anáfora e pronome). A partir disso, obtivemos duas condições experimentais: retomada com pronome logofórico e retomada com anáfora logofórica. Foram controlados o gênero do antecedente e da retomada que foram masculinos e todos os logóforos estavam dentro de uma coordenação.

5.1.1.3 Procedimento

Escolhemos a técnica experimental de julgamento de aceitabilidade (*offline*) que consiste em averiguar se um dado estímulo é aceitável para os falantes daquela língua, pois a intuição do linguista é insuficiente para atribuir tal julgamento. Essa técnica nos parece ser ideal para testar esse fenômeno devido ao fato desse julgamento nos proporcionar um dado que torna possível a realização de inferências sobre a representação da logoforicidade na gramática desses falantes.

O experimento piloto foi elaborado por meio do *Google Docs* em um computador e apresentado aos sujeitos através do link de acesso ao teste. Nesse mesmo link estavam as instruções para realização do experimento, que apareciam na parte superior do arquivo. Os participantes leram as frases em frente à tela do computador e ao teclado. Ao ler cada frase, o participante teria que escolher entre as opções aceitável e inaceitável segundo seu julgamento.

As opções estavam ao lado de cada frase com a possibilidade de apenas uma marcação. As frases foram divididas em dois conjuntos – uma sentença com a anáfora logofórica ‘ele mesmo’ e outra com pronome logofórico ‘ele’. Dessa forma, o sujeito tinha como tarefa a leitura de cada frase e a escolha de uma opção, ou seja, deveria marcar como “aceitável” ou “não aceitável” cada frase. Os estímulos apresentados no experimento foram randomizados. Como dito acima, nosso intuito era verificar qual sentença seria aceitável e qual seria inaceitável.

5.1.2 Resultados e discussão

Os resultados obtidos nesse primeiro teste não corroboraram completamente a hipótese inicialmente formulada. Em geral, as sentenças consideradas aceitáveis foram aquelas que continham a anáfora logofórica e não aceitáveis aquelas que tinham o pronome logofórico. A anáfora logofórica teve 276 julgamentos aceitáveis e o pronome logofórico teve 213 julgamentos aceitáveis, porém, neste último não obtivemos resultado significativo, contrariando a hipótese de que as duas estruturas são gramaticais no PB.

Os resultados dos julgamentos feitos em cada condição podem ser expressos de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 5 - Resultados dos julgamentos de aceitabilidade em cada condição experimental.

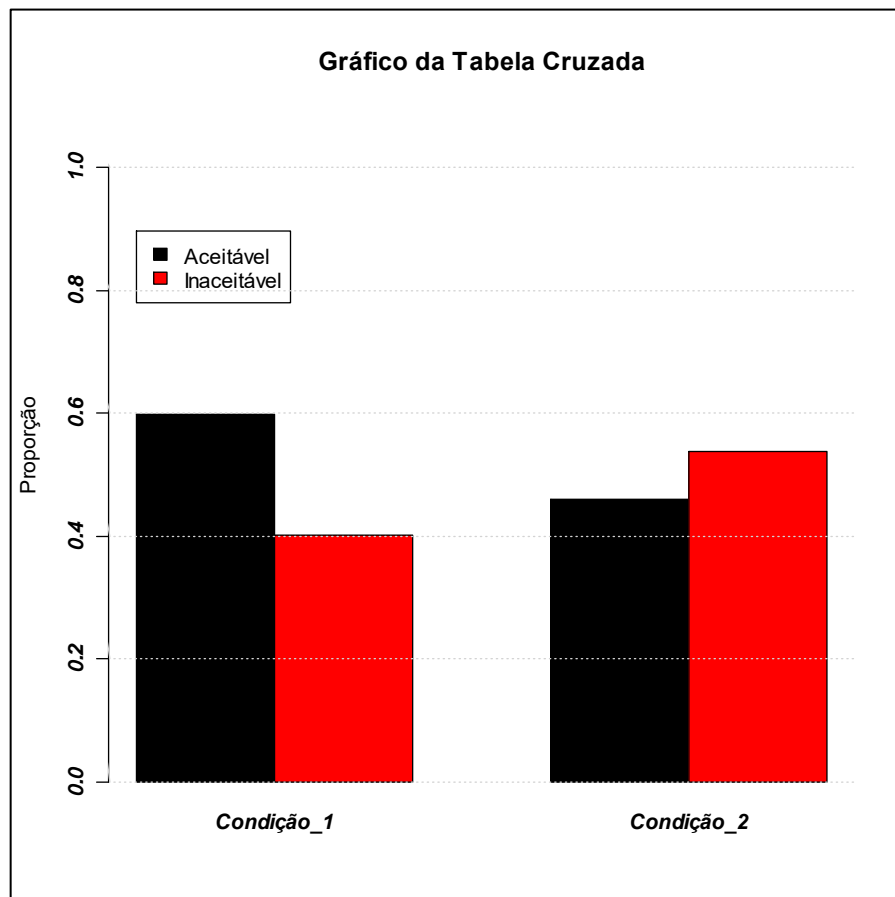
	Condição 1 (retomada com anáfora logofórica)	Condição 2 (retomada com pronome logofórico)	Total
Aceitável	276	213	489
Inaceitável	186	249	435
Total	462	462	924

Fonte: Elaboração própria.

A partir da tabela acima é possível perceber que houve um maior número de aceitabilidade para a anáfora logofórica (condição 1) e maior número de inaceitabilidade para o pronome logofórico (condição 2).

A diferença da primeira condição, em que obtivemos 276 respostas aceitáveis e 186 respostas não-aceitáveis, foi considerada significativa estatisticamente no teste do Qui quadrado de proporção: $p < 0,05$. Essa diferença aponta para uma aceitabilidade desse tipo de construção em Português brasileiro. Na segunda condição com 213 respostas aceitáveis e 249 respostas não-aceitáveis, não tivemos um resultado significativo utilizando o mesmo teste estatístico: $p < 0,09$, o que não nos permite apontar que os pronomes logofóricos são inaceitáveis nessa língua. Entre as condições experimentais utilizadas, foi o Qui quadrado de homogeneidade que nos apresentou um resultado significativo ($p < 0,05$), indicando que os sujeitos viram a anáfora logofórica e o pronome logofórico como estruturas diferentes. O gráfico abaixo expressa esse resultado, mostrando uma tendência inversa na condição PL em comparação com a condição AL:

Figura 4 - Gráfico com os resultados do julgamento de aceitabilidade.



Fonte: Elaboração própria.

Esses resultados são capazes de nos apontar a necessidade de se fazer outro experimento, a fim de explorar com mais afinco o estudo dos logóforos em PB, visto que

esses dados apontam previamente que a gramática licencia as anáforas logofóricas e veem-nas como diferentes dos pronomes logofóricos, diferentemente da língua inglesa (Reinhart e Reuland, 1993). É possível que o motivo disso seja o *design* do teste não ter contribuído para a aceitação das sentenças com pronome logofórico, pois pode ter acontecido enviesamento, já que os sujeitos que leram as frases com anáfora logofórica também leram as frases com pronome logofórico. Sendo assim, para excluir essa possibilidade, realizamos um experimento de julgamento de aceitabilidade com o *design* estruturado para que as condições sejam vistas por sujeitos diferentes.

5.2 Experimento 2

O segundo experimento realizado na presente pesquisa também foi feito com o objetivo de perceber se as estruturas com a anáfora logofórica ‘ele mesmo’ e com o pronome logofórico ‘ele’ são aceitáveis em PB, tomando como base as estruturas em inglês apresentadas por Reinhart e Reuland (1993). A nossa hipótese é de que as estruturas com anáfora logofórica e pronome logofórico serão consideradas aceitáveis pelos falantes do PB e que nos contextos em que há uma anáfora logofórica também pode haver um pronome logofórico, conforme apontam Reinhart e Reuland (1993).

Diante disso, utilizamos a mesma estrutura das sentenças do teste piloto descrito anteriormente. Porém, o gênero do antecedente foi controlado a fim de que a anáfora logofórica e o pronome logofórico tivessem o mesmo gênero do antecedente disponível. Isso se deu para que se evitasse uma possível ambigüidade na frase.

5.2.1 Método

5.2.1.1 *Participantes*

Participaram como voluntários do experimento 48 estudantes de graduação de diferentes cursos da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) - Campus I João Pessoa -, com idade entre 21 e 35 anos, todos falantes nativos do português brasileiro.

5.2.1.2 *Material*

O material criado para este experimento consiste em 24 frases experimentais divididas em 2 conjuntos, um conjunto com 12 frases com anáfora logofórica e outro conjunto com 12 frases com pronome logofórico. Para cada sentença havia 5 opções, tendo o participante que selecionar apenas uma em cada frase. As frases utilizadas neste experimento encontram-se nos anexos do presente trabalho. Acrescentou-se ao experimento quarenta e oito frases distratoras.

O *design* foi elaborado de forma que cada sujeito fosse testado em apenas uma condição, a fim de evitar um possível enviesamento, como provavelmente aconteceu no experimento1. Dessa forma, cada sujeito foi exposto a um conjunto experimental, ou seja, a uma das condições experimentais.

O experimento teve como variável dependente o tipo de julgamento (1-5) feito para cada condição e o tempo desse julgamento, e como variável independente o tipo de logóforo (anáfora e pronome). As condições experimentais foram: retomada com pronome logofórico e retomada com anáfora logofórica. O controle feito no experimento foi o gênero do antecedente que combinava com o gênero do logóforo para facilitar a correferência com o DP proposto nesse estudo. Seguem abaixo a instrução dada ao participante e os exemplos das condições experimentais.

Tabela 6 - Exemplo das sentenças experimentais do julgamento de aceitabilidade.

INSTRUÇÃO	
<p>Observe as frases abaixo e classifique a aceitabilidade de 1 a 5 de acordo com a legenda abaixo:</p> <p>1 – Não aceitável 2 – Menos aceitável 3 – Pouco aceitável 4 – Aceitável 5 – Muito aceitável</p> <p>Não há respostas certas ou erradas. Nós queremos apenas verificar suas intuições sobre as frases.</p>	
TIPO DE SENTENÇA	SENTENÇAS
Anáfora logofórica	<p>O genro de Karla cortou Joana e ele mesmo com a faca na cozinha. O primo de Luiza barbeou Amanda e ele mesmo com o barbeador no banheiro. O colega de Vitória penteou Lucia e ele mesmo com a escova no quarto. O amigo de Flávia feriu Thaís e ele mesmo com o brinquedo no parque.</p>
Pronome logofórico	<p>O genro de Karla cortou Joana e ele com a faca na cozinha. O primo de Luiza barbeou Amanda e ele com o barbeador no banheiro.</p>

	O colega de Vitória penteou Lucia e ele com a escova no quarto. O amigo de Flávia feriu Thaís e ele com o brinquedo no parque.
--	---

Fonte: Elaboração própria.

5.2.1.3 Procedimento

Elaboramos um experimento *offline* de julgamento de aceitabilidade através do programa *Psyscope* em um *Macbook* da *Apple*. Nesse experimento os participantes leram as frases guiando sua própria leitura em frente à tela do computador e ao teclado. Foram lidas, em velocidade natural, as frases do experimento que são apresentadas uma a uma cada vez que o participante apertava a tecla L do teclado a sua frente. Cada vez que essa tecla era apertada, a frase lida sumia e, automaticamente, aparecia a sequência de números “ 1 2 3 4 5”, indicando que ele deveria escolher uma dessas opções para que passasse para a próxima frase, isto é, ao terminar a leitura da frase, aparecia a sequência numérica para o participante julgar a aceitabilidade da frase lida. Dessa forma, solicitou-se dos participantes que lessem de maneira natural as sentenças e optassem em selecionar a opção que achavam aceitável de acordo com sua intuição. Foram apresentadas a cada sujeito 12 frases experimentais e 24 frases distratoras e, para cada uma delas, cinco opções: (1) Não aceitável; (2) Menos aceitável; (3) Pouco aceitável; (4) Aceitável; (5) Mais aceitável.

Todos os voluntários que participaram foram submetidos ao experimento de forma individual na sala do LAPROL – UFPB. Antes de iniciar a leitura das frases, eles foram orientados oralmente sobre como deviam proceder, como também foram lidas as instruções que estavam no computador. Ainda, antes de iniciar a leitura foi feita uma prática semelhante à tarefa experimental com a finalidade de que eles se habituassem à tarefa.

5.2.2 Resultados e discussão

Os resultados encontrados nesse julgamento de aceitabilidade, apresentados no gráfico abaixo, evidenciaram uma aceitação de ambas as estruturas, contrariando os resultados encontrados no teste piloto e corroborando a hipótese formulada inicialmente de que as estruturas com a anáfora logofórica ‘ele mesmo’ e com o pronome logofórico ‘ele’ observadas nesse estudo são aceitas em PB, como em inglês.

Obtivemos um maior número de julgamentos aceitáveis em ambas as condições. Para clarificar, vejamos a tabela abaixo que apresenta o quantitativo e total de respostas dadas para cada opção:

Tabela 7 - Número de julgamentos dados às condições experimentais.

	AL	PL	TOTAL
1 (Não aceitável)	0	2	2
2 (Menos aceitável)	0	4	4
3 (Pouco aceitável)	39	41	80
4 (Aceitável)	208	177	385
5 (Mais aceitável)	41	64	105
TOTAL	288	288	576

Fonte: Elaboração própria.

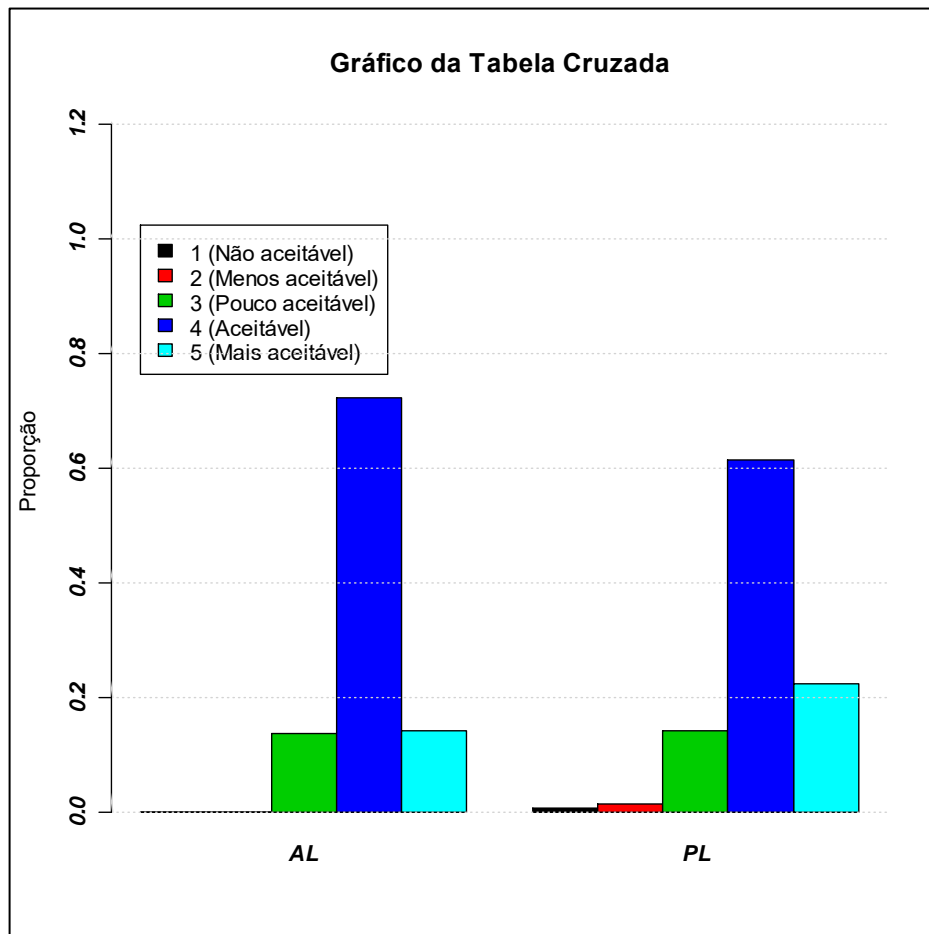
Ao compararmos as respostas das duas condições, o julgamento 4 foi o que conteve o maior número de escolhas em relação aos demais. Verificamos também que os sujeitos mantiveram suas escolhas na condição AL entre as opções 3-5 e na condição PL a maioria dos julgamentos também se deu entre as opções 3-5, com apenas 2 julgamentos na opção 1 e 4 julgamentos na opção 2. Sendo assim, as sentenças foram consideradas aceitáveis pela maioria dos sujeitos. Com relação ao total de julgamentos nas duas condições, no julgamento 4 também obtivemos a maioria das escolhas. Sendo assim, nas duas condições temos uma distribuição de julgamento semelhante.

Ainda, como podemos observar no somatório dos julgamentos feitos para as condições AL e PL, a condição que apresenta uma maior quantidade de respostas aceitáveis foi a AL, com 208 respostas aceitáveis e a que teve o maior número de respostas mais aceitáveis foi a PL com 64 respostas. Também é notório que a condição AL não teve julgamentos não aceitáveis e menos aceitáveis. Já na condição PL houve julgamentos em todas as escalas.

Quando houve a comparação apenas das respostas ‘aceitáveis’ com as demais respostas, obtivemos diferenças significativas para a anáfora logofórica ($p < .05$) e para o pronome logofórico ($p < 0,001$) a partir do teste qui-quadrado de proporção de 1 amostra.

Ao comparar o julgamento entre as duas condições, encontramos efeito significativo entre as condições AL e PL ($p < 0,008$). Na condição AL tivemos um maior número de aceitabilidade do que na condição PL, conforme podemos observar no gráfico que segue:

Figura 5 - Gráfico comparativo das condições.



Fonte: Elaboração própria.

Quando comparamos as respostas apresentadas em forma de gráfico, percebemos que as estruturas foram julgadas de forma semelhante, com uma maior aceitabilidade para as anáforas. Diante da aceitabilidade das duas estruturas, podemos inferir que ambas são aceitáveis para os falantes do PB.

Fazendo a análise dos tempos de respostas das duas condições experimentais, observamos que os participantes julgaram a aceitabilidade mais rapidamente na condição PL em comparação a condição AL. Apesar de nas duas condições encontrarmos a aceitabilidade

como padrão geral e a AL ser julgada mais aceitável, percebemos que no tempo de resposta o PL foi julgado mais rápido do que a AL. Observamos, então, que houve efeito significativo na comparação entre eles ($p < .05$).

6 DISCUSSÃO GERAL

Os dados obtidos a partir dos julgamentos de aceitabilidade feitos nessa pesquisa demonstraram que as estruturas das frases com anáfora logofórica e pronome logofórico examinados são consideradas aceitáveis pelos falantes nativos do PB. Vamos considerar, assim como Reinhart e Reuland (1993), que esse tipo de estrutura é gramatical. Os dados encontrados apontam para essa possibilidade, já que obtivemos valores significativos para a aceitabilidade dessas estruturas logofóricas.

Na condição experimental anáfora logofórica, os sujeitos julgaram ser aceitável nos dois experimentos. Na condição pronome logofórico não houve significância no primeiro experimento (teste piloto) e, no segundo experimento, os sujeitos julgaram aceitável, porém menos aceitável do que a anáfora logofórica. No segundo experimento houve 208 julgamentos aceitáveis para a anáfora logofórica e 177 julgamentos aceitáveis para o pronome logofórico. Porém, o tempo de julgamento deste último foi mais rápido se comparado à anáfora logofórica. Como foi sugerido por Reinhart e Reuland (1993), provavelmente a anáfora logofórica pode ser substituída pelo pronome logofórico sem que se perca o sentido. Resta saber, em um novo experimento, se o sentido atribuído ao pronome logofórico é sempre o mesmo que é atribuído à anáfora logofórica.

Esses dados dialogam os resultados do experimento de leitura automonitorada realizado por Foraker (2003) em que foi encontrado o mesmo padrão de processamento para a anáfora logofórica e para o pronome, já que os sujeitos no segundo experimento julgaram como aceitáveis os dois tipos de frases.

Outro ponto importante, diz respeito ao tempo que os sujeitos levaram para fazer o julgamento. Apesar de, nesta pesquisa, a anáfora logofórica ser considerada mais aceitável do que o pronome, este último foi julgado mais rapidamente.

Destacamos que a Teoria da Reflexividade prevê que a anáfora logofórica não é guiada pela Teoria da Ligação. Dessa forma, a partir da técnica experimental utilizada e dos dados encontrados é possível afirmar que esse tipo de estrutura está presente na gramática dos falantes do PB, mas não é possível mensurar se elas são restritas às relações de ligação da sintaxe ou em que momento do processamento há influência dos fatores semântico-discursivos que os autores citam.

É relevante mencionar que o controle da leitura logofórica será aperfeiçoado nas próximas etapas da pesquisa, com o intuito de conferir a referência assumida pelas anáforas e pronomes. Além disso, faz-se necessário uma nova investigação com a finalidade de saber como se dá o processamento desses fatores semântico-discursivos nas estruturas com logóforos. Também buscaremos compreender se o processamento de um elemento logofórico acarretará em um maior custo operacional.

Por fim, concluímos que os dados aqui analisados mostram que as duas estruturas, a partir da percepção dos sujeitos participantes dos experimentos, é aceitável. Essa percepção aponta que tais estruturas provavelmente compõem a gramática dos falantes do PB.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos em Linguística, especialmente em processamento linguístico, que investigam o processamento anafórico veem como relevantes os princípios de ligação da Teoria da Ligação na resolução da correferência. Esses estudos levam em consideração a atuação dessas restrições de ligação no momento do processamento, problematizando a gramaticalidade dos antecedentes na resolução correferencial.

No estudo aqui descrito buscamos compreender estruturas com a anáfora logofórica que não são contempladas nessa teoria e compará-las com o pronome logofórico. Para isso, recorreremos à Teoria da Reflexividade de Reinhart e Reuland (1993) como base teórica para os experimentos realizados. Procuramos comprovar a hipótese de que frases com logóforos são aceitáveis em PB, já que, segundo Reinhart e Reuland (1993), devem ser consideradas gramaticais em línguas como o inglês, por exemplo.

Com os resultados do primeiro experimento, obtivemos evidências de que a anáfora logofórica *ele mesmo* é aceitável em PB, porém o pronome logofórico *ele* não foi considerado aceitável. Já nos resultados do segundo experimento ambas as estruturas foram julgadas aceitáveis pelos falantes do PB. Além disso, no segundo experimento o tempo de leitura do pronome logofórico foi mais rápido se comparado ao tempo de leitura da anáfora logofórica. Assim, esta pesquisa contribuiu trazendo dados que mostram a aceitabilidade desses tipos de estruturas logofóricas em PB.

Sendo este um dos primeiros estudos referentes à logoforicidade, há um caminho extenso a ser explorado. Este tema ainda necessita de uma abordagem mais ampla tanto no âmbito da linguística quanto no âmbito da psicolinguística, visto que neste trabalho estudamos apenas a aceitabilidade de duas entre as diversas estruturas com logóforos. Portanto, além de investigar sua aceitabilidade, é necessário também compreendermos como acontece o processamento dessas estruturas e investigar experimentalmente o processamento da anáfora sintática e da anáfora logofórica com a finalidade de perceber se essas estruturas diferem em termos de processamento. Assim, nos próximos passos desta pesquisa observaremos em tempo real a distinção de representação das anáforas sintática e logofórica.

REFERÊNCIAS

- ARIEL, M. **Accessing Noun Phrase antecedents**. London: Routledge, 1990.
- BADECKER, W.; STRAUB, K. The Processing Role of Structural Constraints on the Interpretation of Pronouns and Anaphors. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**, v. 28, n. 4, p. 748-769, 2002.
- BRITO, D. B. S. **O se reflexivo no português brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFAL, Maceió.
- BURKHARDT, P. Logophors: Looking Outside of Syntax; Evidence from Real-Time sentence Comprehension. In: THRIFT, E. et al. (Eds.). **Proceedings of Console IX**. Disponível em: <<http://www.hum2.leidenuniv.nl/pdf/lucl/sole/console9/console9-burkhard.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- CALAÇA, F. G.; OLIVEIRA, R. C. A atuação do princípio A no processamento da anáfora 'a si mesmo'. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL, XVII., 2014, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2014.
- CANTRALL, W. R. **On the nature of the reflexive in English**. 1969. Dissertação – Universidade de Illinois, 1969.
- _____. **Viewpoint, reflexives, and the nature of noun phrases**. The Hague: Mouton, 1974.
- CLEMENTS, G. N. The logophoric pronoun in Ewe: its role in discourse. **Journal of West African Linguistics**, v. 10, p. 141-177, 1975.
- CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris 1981.
- FORAKER, S. **The processing of logophoric reflexives shows discourse and locality constraints**. Proceedings of the Chicago Linguistic Society: Parasessions, 2003.
- FRAZIER, L.; CLIFTON JR., C. **Construal**. Cambridge: MIT Press, 1996.
- GALVES, C. C. **Ensaio sobre gramática do português**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001a.
- HARRIS, T.; WEXLER, K.; HOLCOMB, P. J. An ERP investigation of binding and coreference. **Brain and Language**, v. 75, p. 313-346, 2000.
- KEENAN, E.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry**, v. 8, p. 63-100, 1977.
- KELLER, F.; ASUDEH, A. Constraints on Linguistic Coreference: Structural vs. Pragmatic Factors. In: MOORE, J. D.; STENNING, K. (Eds.). **Proceedings of the 23rd Annual Conference of the Cognitive Science Society**. Mahawah: Lawrence Erlbaum, 2001.

KENNISON, S. Comprehending the pronouns her, him, and his: implications for theories of referential processing. **Journal of Memory and Language**, v. 49, p. 335-352, 2003.

KUNO, S. Functional sentence perspective. A case study from Japanese and English. **Linguistic Inquiry**, v. 3, p. 269-320, 1972.

_____. **Three perspectives in the functional approach to syntax**. In Papers from the parasession on functionalism. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1975, p. 276-336.

KURODA, S. Where epistemology, grammar and style meet: A case study from Japanese. In: ANDERSON, S.; KIPARSKY, P. (Eds.). **A Festschrift for Morris Halle**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973.

LEITÃO, M. M.; PEIXOTO, P.; SANTOS, S. Processamento da co-referência intra-sentencial em português brasileiro. **Veredas on-line**, v. 2, p. 50-61, 2008.

LEITÃO, M. M. Psicolinguística experimental: focalizando o processamento da linguagem. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de Linguística**. Editora: Contexto, São Paulo, 2011.

MAIA, M.; MAIA, J. A compreensão de orações relativas por falantes monolíngues e bilíngues de português e de inglês. In: MAIA, M.; FINGUER, I. (Eds.). **Processamento da Linguagem**. Pelotas: Educat, 2005, p. 163-178.

MENUZZI, S. **Binding Theory and Pronominal Anaphora in Brazilian Portuguese**. 1997. Dissertação de doutoramento.– Universidade de Leiden, 1997.

MINKOFF, S. A. Consciousness, Backward Coreference, and Logophoricity. **Linguistic Inquiry**, v. 35, p. 485-494, 2004.

NAGATA, H. On-line and off-line reflexive resolution in Japanese logophoric sentences. **Journal of Psycholinguistic Research**, v. 24, p. 205-229, 1995.

NAPOLI, D. J. **Reflexivization across clause boundaries in Italian**. *Journal of Linguistics*, v. 15. Issue 01, 1979.

NICOL, J.; SWINNEY, D. The role of structure in coreference assignment during sentence comprehension. **Journal of Psycholinguistic Research**, v. 18, n. 1, p. 5-19, 1989.

OLIVEIRA, R. C.; LEITÃO, M. M.; HENRIQUE, J. G. A Influência dos Antecedentes Vinculados e não vinculados no processamento da anáfora a si mesmo(a). **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 71; 78-85, 2012.

OLIVEIRA, R. C.; LEITÃO, M. M.; ARAÚJO, E. M. A influência dos antecedentes vinculados e não vinculados no processamento da anáfora 'ele(a) mesmo(a)'. **Revista do GELNE (UFC)**, v. 15, p. 123-142, 2013.

OLIVEIRA, R. C.; FERRARI NETO, J.; CASTOR, J. B. A influência dos antecedentes disponíveis e não-disponíveis da anáfora 'ele(a) mesmo(a)' em português brasileiro (PB). **Letrônica**, v. 7, p. 278-297, 2014.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.

REINHAT, T.; REULAND, E. Reflexivity. **Linguistic Inquiry**, v. 24, n. 4, p. 657-720, 1993.

ROSS, J. R. On declarative sentences. In: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. (Eds.). **Readings in English transformational grammar**. Georgetown University Press: 1970. p. 222-272.

SAFIR, K. **Implied non-coreference & the pattern of anaphora**. Rutgers University, appeared in *Linguistics & philosophy*, 1991.

SELLS, P. Aspects of Logophoricity. **Linguistic Inquiry**, v. 18, n. 3, p. 445-479, 1987.

STURT, P. The time-course of the application of binding constraints in reference resolution. **Journal of Memory and Language**, v. 48, p. 542-562, 2003.

THRÁINSSON, H. Reflexives and Subjunctives in Icelandic. In: FORD, A.; REIGHARD, J.; SINGH, R. (Eds.). **Proceedings of the North Eastern Linguistic Society 6**. University of Massachusetts, Graduate Linguistic Student Association, Amherst, 1976. p. 225-239.

WARSHAWSKY, F. **Reflexivization I & II**. Indiana University Linguistics Club, 1965. [Reproduzido em notas de linguistic underground (Syntax and Semantics 7), editado por James D. McCawley. New York: Academic Press, 1976, p. 63-84].

ZRIBI-HERTZ, A. Anaphor binding and narrative point of view: English reflexive pronouns in sentence and discourse. **Language**, v. 65, n. 4, p. 695-727, 1989.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

As condições experimentais e as frases utilizadas no teste piloto são apresentadas abaixo:

Retomada com anáfora logofórica
<p>O irmão de André machucou Davi e ele mesmo na BR230. O genro de Mauro cortou José e ele mesmo com a faca na cozinha. O primo de Leandro barbeou Arthur e ele mesmo no banheiro da rodoviária. O irmão de Vítor penteou Lucas e ele mesmo com a escova da sua tia. O amigo de Joaquim feriu Tiago e ele mesmo com o brinquedo pontiagudo. O neto de Breno olhou Murilo e ele mesmo no espelho da sala.</p>
Retomada com pronome logofórico
<p>O irmão de André machucou Davi e ele na BR230. O genro de Mauro cortou José e ele com a faca na cozinha. O primo de Leandro barbeou Arthur e ele no banheiro da rodoviária. O irmão de Vítor penteou Lucas e ele com a escova da sua tia. O amigo de Joaquim feriu Tiago e ele com o brinquedo pontiagudo. O neto de Breno olhou Murilo e ele no espelho da sala.</p>

APÊNDICE 2

Segue abaixo as condições experimentais e as frases utilizadas no julgamento de aceitabilidade:

Retomada com anáfora logofórica
<p>O irmão de Viviane machucou Laura e ele mesmo com o carro na BR230. O genro de Karla cortou Joana e ele mesmo com a faca na cozinha. O primo de Luiza barbeou Amanda e ele mesmo com o barbeador no banheiro. O colega de Vitória penteou Lucia e ele mesmo com a escova no quarto. O amigo de Flávia feriu Thaís e ele mesmo com o brinquedo no parque. O neto de Bruna olhou Márcia e ele mesmo com o espelho na penteadeira. O vizinho de Eva feriu Eliana e ele mesmo com a lâmina na barbearia. O filho de Júlia molhou Beatriz e ele mesmo com a água na piscina. O chefe de Kátia atrapalhou Vanessa e ele mesmo com a cadeira na reunião. O pai de Marília lavou Livia e ele mesmo com o sabão na banheira. O noivo de Maria corrigiu Valesca e ela mesmo com o slide na faculdade. O patrão de Olga representou Sheila e ele mesmo com o papel na reunião.</p>
Retomada com pronome logofórico
<p>O irmão de Viviane machucou Laura e ele com o carro na BR230. O genro de Karla cortou Joana e ele com a faca na cozinha. O primo de Luiza barbeou Amanda e ele com o barbeador no banheiro. O colega de Vitória penteou Lucia e ele com a escova no quarto. O amigo de Flávia feriu Thaís e ele com o brinquedo no parque. O neto de Bruna olhou Márcia e ele com o espelho na penteadeira. O vizinho de Eva feriu Eliana e ele com a lâmina na barbearia. O filho de Júlia molhou Beatriz e ele com a água na piscina. O chefe de Kátia atrapalhou Vanessa e ele com a cadeira na reunião. O pai de Marília lavou Livia e ele com o sabão na banheira. O noivo de Maria corrigiu Valesca e ela com o slide na faculdade. O patrão de Olga representou Sheila e ele com o papel na reunião.</p>

ANEXO

ANEXO 1**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Senhor(a),

Esta pesquisa é sobre o processamento da correferência em Português Brasileiro (PB) e está sendo desenvolvida por **Flávia Gonçalves Calaça de Souza**, aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Doutora **Rosana Costa de Oliveira**.

O objetivo do estudo é investigar a aceitabilidade de estruturas com anáforas e pronomes logofóricos em Português Brasileiro. A sua finalidade é contribuir para a compreensão dos processos cognitivos envolvidos na leitura de elementos correferenciais, fazendo com que possamos no futuro criar mecanismos de aprendizado que facilitem o processo de leitura dos indivíduos.

Solicitamos a sua colaboração para ler as frases que aparecerão na tela do computador e, ao término da frase, responder se ela é aceitável ou não, de acordo com seu julgamento/intuição, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de humanas e publicar em revista científica (*se for o caso*). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. Não haverá risco a sua saúde, pois você terá apenas que ler algumas frases e responder algumas perguntas em frente de uma tela de computador.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável: *flavia.ufpb@hotmail.com*

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o(a) pesquisador(a).

Telefone: (83) 98833-1023

Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB:

Campus I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 - 1º andar – CCS.

Telefone: 83- 3216-7791.

E-mail: *eticaccsufpb@hotmail.com*

Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável